

UM PASSO À FRENTE NA EDIFICAÇÃO DO COMUNISMO

(REPORTAGEM NA PÁGINA CENTRAL SOBRE O VI PLANO QUINQUENAL SOVIETICO)

A Ação Das Massas Decidirá os Rumos do Novo Governo

A POSSE dos srs. Kubitschek e Goulart, a 31 de janeiro, foi o coroamento das jornadas democráticas em que se empenhou o povo brasileiro, nos últimos meses, e que tiveram seus pontos mais altos no pleito presidencial — imposto aos golpistas que tudo fizeram para impedi-lo — e no movimento de 11 de novembro, que afastou do poder a camarilha udeno-golpista que ainda tentava impedir a posse dos eleitos e mergulhar o país no terror.

«**ESSES** acontecimentos — diz Prestes, em seu Informe à reunião de janeiro último do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil — marcam, concretamente, uma mudança na correlação de forças políticas favoravelmente ao povo, às liberdades e à independência nacional».

COM o novo governo, que se inicia sob o signo da luta das massas pela democracia, a paz, a independência nacional e as reivindicações populares, inaugura-se, no país, uma nova fase no processo do desenvolvimento democrático. As forças democráticas estão em ascenso no Brasil. Assim como tem o povo conseguido derrotar sucessivamente a camarilha golpista, vencê-la nas urnas e em seguida afastá-la do poder para impedir que levasse avante seus planos contra a posse dos eleitos e de implantação de uma ditadura fascista, existem hoje todas as condições para serem exigidos respeito efetivo às liberdades democráticas e sindicais, abolição de todas as discriminações políticas e ideológicas, anistia para todos os condenados e processados por motivos políticos — com o Cavaleiro da Esperança à frente — medidas práticas que impeçam aos golpistas continuar conspirando contra a nação, mudanças efetivas na política externa no sentido da defesa da soberania nacional e do estabelecimento de relações amistosas com todos os povos, assim como medidas práticas que assegurem a melhoria nas condições de vida das grandes massas trabalhadoras e populares. Há, pois, todas as condições para que continue avançando o processo democrático no país.

A PLATAFORMA de 4 Pontos, apresentada no manifesto do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, de janeiro de 1956, consubstancia os anseios e reivindicações da esmagadora maioria da nação, é a bandeira capaz de unir, em uma ampla coalizão democrática, as grandes massas do povo e todas as forças políticas democráticas. A realização prática dessa Plataforma de 4 Pontos — defesa das liberdades, política externa de paz, defesa da soberania nacional, melhoria das condições de vida do povo — é perfeitamente viável sob o atual governo. Sua realização, diz Prestes, «depende da mobilização, da combatividade, da força unida e organizada de todos os patriotas — democratas, da atividade e da organização dos trabalhadores das cidades e do campo e, muito especialmente, da unidade da classe operária e de sua aliança, forjada na própria luta, com as massas camponesas».

SERA' na base da luta pela realização dessa Plataforma que se formará a coalizão democrática, isolando os reacionários que, dentro e fora do governo, tudo fazem para impor a este um caminho contra o povo. As forças reacionárias, que participaram, inicialmente, da frente antigolpista, desejam impedir o movimento de massas, são responsáveis pelo estado de sítio — cuja suspensão todo o povo exige — e influíram na escolha do novo ministério, onde foram incluídos reacionários conhecidos como o sr. Parsifal Barroso. Essas forças tendem ao compromisso com o imperialismo e tudo fazem para deter o avanço democrático e a participação das massas na luta política. O essencial, porém, é a ação de massas. As massas em ação, pressionando sobre a marcha dos acontecimentos e nela imprimindo o rumo de sua influência, poderão impor ao governo uma política em acôrdo com os seus interesses fundamentais. «Cabe a nós, comunistas — diz Prestes — incutir nas massas a confiança em suas próprias forças. Mais do que nunca, nas atuais condições do mundo e do nosso país, a orientação do governo depende muito mais da força, da consciência, da unidade e da organização das massas do que propriamente dos desejos e intenções dos homens que formam o governo».



UNIDADE, CHAVE DO TRIUNFO

UM ARTIGO DE LUIZ CARLOS PRESTES

(Na 3ª Página)

VOZ OPERÁRIA

Nº 351 — RIO, 4 DE FEVEREIRO DE 1956

EM DEFESA DA PAZ E DA SEGURANÇA DA EUROPA

A 28 de janeiro último encerrou-se, em Praga, a reunião dos representantes dos Estados signatários do Tratado de Varsóvia, sendo emitido importante comunicado. Os Estados europeus do campo da paz, que se assentaram militarmente em maio de 1955, em réplica à entrada em vigor dos Acordos de Paris que remilitarizam a Alemanha Ocidental analisaram, agora, em todos os seus aspectos os múltiplos problemas ligados à paz mundial e à segurança coletiva, renovando esforços para a consecução e consolidação de um clima de perfeito entendimento internacional.

A reunião de Praga constatou que «os grandes esforços das nações pela paz já deram como resultado uma mudança substancial na situação internacional e um certo alívio da tensão nas relações entre os Estados», surgindo novas e ainda não utilizadas possibilidades de melhoria das relações internacionais. O método de solução das controvérsias, através de negociações que levem em conta os mútuos interesses das partes em confronto, venceu a prova a que foi submetido, diz o comunicado.

Precisamente na base dessa verificação e na de outra, não menos importante, qual seja o reconhecimento de que ainda não desapareceu o perigo de guerra alimentado por certos círculos ocidentais, é que a reunião de Praga tomou novas iniciativas, entre as quais se destacam as seguintes:

Caminho para a segurança

DISSCUSSÃO com os outros países interessados nas medidas adequadas ao estabelecimento de um sistema de segurança coletivo na Europa.

Para alcançar tal objetivo, propõe-se a conclusão de acordos entre alguns Estados europeus, inclusive a U.R.S.S., Grã-Bretanha e França, assim como também os Estados Unidos, e o estabelecimento de uma zona na Europa em que o montante e a localização das forças armadas fosse estabelecido por consentimento mútuo.

Essa indicação ampla, de muito, as possibilidades de diminuir um conflito europeu, sendo da máxima importância, não se trata de uma proposta de redução dos pontos de divergência relativos às soluções políticas da questão alemã, por exemplo, antes mesmo de concordância sobre os níveis gerais de armamento e efetivos seriam eliminados elementos dia a dia agravados pela corrida armamentista.

Zona fiscalizada

POR outro lado, o estabelecimento negociado do montante das forças estabelecidas nessa zona de segurança mútua, bem como sua localização, impediria que cada país se sentisse prejudicado pois as cifras e locais seriam determinados por acordo de que cada um participaria livremente.

Com a criação de uma zona de tal tipo não haveria possibilidade de ataques de surpresa de qualquer lado.

A possibilidade de ataques de surpresa quedaria eliminada em vista da própria rareficação dos efetivos e da fiscalização rigorosa que cada parte exerceria.

Um tal acordo poderia prever a retirada de todas as tropas de ocupação ainda sediadas na Alemanha, ou a limitação de seus efetivos, bem como a limitação dos efetivos das forças armadas dos dois Estados alemães ora existentes.

REUNIRAM-SE EM PRAGA OS PAÍSES SIGNATÁRIOS DO TRATADO DE VARSÓVIA — BUSCAM AS NAÇÕES SOCIALISTAS FORTALECER OS PONTOS DE CONTACTO COM AS POTÊNCIAS OCIDENTAIS — APROVEITADA A PROPOSTA DE EDEN EM GENEBRA

tes. Haveria, com isso, não só melhor clima para a solução do problema da unificação da Alemanha, evitando-se que a corrida armamentista atingisse a Repú-

ca Democrática e a República Federal, como se diminuiria de pronto a tensão europeia precisamente na faixa em que ela é mais perigosa: a fronteira inter-alemã.

Aceita para discussão a proposta Eden

COMO se verifica, a iniciativa dos Estados participantes do Tratado de Varsóvia é muito flexível e deixa ampla margem de entendimento. Isso ainda se torna mais claro quando se leva em conta que a U.R.S.S. e seus aliados estão dispostos a aceitar como um dos pontos de discussão as propostas britânicas apresentadas por Eden na Conferência de Genebra dos Chefes de Governo: entendimento sobre a quantidade de forças armadas e armamentos nas duas partes da Alemanha e em seus vizinhos; fiscalização dessas disposições; exame da possibilidade de uma zona desmilitarizada na Europa; pacto de segurança com a participação da Alemanha unificada.

Mais uma vez, portanto, os países do socialismo buscam fortalecer os pontos de contacto com as potências ocidentais. A proposta Eden em Genebra foi aproveitada nos seus pontos fundamentais. Resta, agora, verificar se, tal como fizeram na questão dos níveis gerais de efetivos e armamentos, as potências ocidentais abandonarão seus pontos de vista anteriores, assim que os vejam aceitos pela U.R.S.S. e seus aliados. A proposta Eden, em Genebra, admite inclusive medidas de segurança antes da unificação. Na Conferência dos Ministros do Exterior, entretanto, as potências ocidentais fizeram finca-pé em seu plano de unificação militarista da Alemanha como condição indispensável para qualquer acordo. Em face das novas propostas dos signatários de Varsóvia terão de definir-se sobre até que ponto consideram válidas as próprias propostas que seus chefes de Estado apresentaram oficialmente a Bulgânin.

Proibição parcial das armas atômicas

EXCLUSÃO das armas atômicas no armamento das forças alemãs e das forças das outras potências sediadas na Alemanha, enquanto não se obtém um acordo de proibição geral das armas atômicas.

O caráter dessa proposta é idêntico ao da anterior. En-

tretanto seu alcance é evidentemente mais limitado. Não se trata, aqui, de acordo geral sobre limites de forças e localização das mesmas. Focaliza-se, apenas, as armas atômicas. Como isso não só se atende à necessidade de diminuir a tensão como à de evitar que, em caso de con-



V. M. MOLOTOV, chefe da delegação soviética e Ministro de Estado das Relações Exteriores da U.R.S.S.

flito ou guerra civil alemã, o povo alemão seja vítima das armas de destruição em massa. Ademais, abre-se a possibilidade de entendimen-

to limitado sobre armamentos na Europa, enquanto não se obtém outro mais amplo sobre o assunto, no plano europeu ou mundial.

Pactos bilaterais de não-agressão

ASSINATURA de tratados bilaterais de não agressão entre os diversos Estados europeus, com a aceitação da cláusula de que resolverão por via pacífica suas divergências.

Ainda aí se verifica que a U.R.S.S. e seus aliados buscam dar a possível flexibilidade aos entendimentos. Tendo em vista as dificuldades que ainda são opostas a um Tratado Geral Europeu de Segurança Coletiva da Europa, trata-se de aproveitar, desde já, as possibilidades parciais que existem de diminuir o perigo de guerra.

Medidas de segurança e apoio aos Estados pacíficos

A CONFERÊNCIA de Praga saudou vivamente as resoluções da Conferência Afro-Asiática de Bandoeng destacando o importante papel que nela desempenharam Estados como a Índia, Indonésia, Birmânia, Egito e outros.

Diferentemente das reuniões dos signatários dos Pactos do Atlântico, Bagdá e Manila (OTASE) a Conferência dos Estados do Tratado de Varsóvia, à qual compareceu um observador da China, a par das medidas de segurança indispensáveis ao trabalho pacífico de seus povos em vista da conspiração imperialista em curso, tomou iniciativas de paz do mais alto alcance e que bem cedo farão sentir sua profunda repercussão, apesar do manto de silêncio que sobre elas procuram estender aqueles mesmos círculos mencionados na Declaração como responsáveis pela tensão internacional, a corrida armamentista e o perigo de guerra: os círculos belicistas dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, interessados na guerra como um negócio rendoso que dá bons dividendos.



Correspondência Bulgânin - Eisenhower

SE houvesse ainda necessidade de algum novo elemento para verificar o recuo do governo norte-americano em face do "espírito de Genebra", a recente recusa (e não apenas ela mas o tom em que foi feita) de Eisenhower à proposta de Bulgânin para a assinatura de um Tratado de Amizade e Cooperação soviético-americano seria bastante para caracterizar o fato.

Como se sabe, o primeiro-ministro da U.R.S.S. dirigiu-se ao Chefe de Estado americano fazendo-lhe um apelo em prol do entendimento entre as duas potências que dirigem e apresentando-lhe o texto de um tratado. Por esse instrumento diplomático, as duas partes se comprometeriam a reforçar as relações amistosas dentro do espírito de cooperação, igualdade de direitos, respeito mútuo da soberania de cada Estado e não-ingêrência nos negócios internos. Pelo artigo segundo, afirmavam a determinação de não recorrer à guerra para dirimir divergências, regulando-as pelos caminhos pacíficos. No terceiro artigo, determinava-se o desenvolvimento e reforço da cooperação econômica, cultural e científica entre os dois Estados. Finalmente, o artigo quarto versava sobre a ratificação, prazo de vigência (20 anos) e condições de denúncia.

Encaminhando o texto, uma carta pessoal de Bulgânin ressaltou a necessidade de diminuir a tensão internacional, e a importância impar que têm para tal desideratum o entendimento americano-soviético.

Não há na mensagem soviética, nenhuma proposta específica sobre esse ou aquele problema internacional. Não é um documento normativo, mas a reafirmação de princípios gerais vigentes entre os povos civilizados e dos quais o Governo americano diz formalmente ser adepto. A U.R.S.S. não solicitou ao governo ianque que abrisse mão de qualquer de seus pontos de vista sobre os múltiplos problemas internacionais. Solicitou-lhe apenas aceitar publicamente que a guerra não pode ser a via de solução para as divergências. Qualquer pessoa dotada de um mínimo de boa fé compreende que nenhum Estado efetivamente pacífico pode recusar um pacto de não-agressão. Tal recusa implica na confissão tácita de que ha desejo de desfechar um ataque, assim que isso pareça viável.

Entretanto, Eisenhower recusou a proposta, em termos duros e indelicados. Tergiversando, afirmou que o que era proposto pela U.R.S.S. já constava da Carta da ONU, da qual são signatários a União Soviética

e os Estados Unidos. Esse argumento capcioso é de um primarismo raro. Antes de mais nada, a Carta da ONU não proíbe, mas pelo contrário recomenda a elaboração de instrumentos de aproximação entre os Estados membros. Em segundo lugar, os Estados Unidos mantêm pactos de amizade com vários países, inclusive com o Brasil. Em terceiro lugar, há indiscutíveis pontos de atrito entre os dois países, e, recentemente, o secretário de Estado norte-americano chegou a afirmar que durante o governo Eisenhower os Estados Unidos estiveram várias vezes às portas da guerra. Existem, portanto, todos os motivos para um entendimento bi-lateral, que não contestaria, mas encaminharia a um acordo geral. Em quarto lugar, na própria Conferência de Genebra, Eisenhower proclamou a necessidade de atos complementares entre os diversos governos dela participantes para salvaguardar e ampliar os resultados obtidos.

Eisenhower declarou, também, que o pacto de amizade poderia despertar esperanças na "diplomacia secreta". Mas a que título entra aqui a diplomacia secreta, quando lhe foi proposto um tratado não secreto?

O presidente dos Estados Unidos, declarando insuficiente e inaceitável a proposta de Bulgânin, não apresentou, como poderia fazer, uma contraproposta. Preferiu repetir os velhos chavões gerais acusatórios voltando, inclusive, à tecla utilizada em Genebra sobre a forma de governo, que é assunto de cada país e não pode ser discutida no plano internacional. Fincou pé nas mesmas propostas já feitas e que são assunto de outros debates inteiramente estranhos à negociação de um pacto de não-agressão.

Verifica-se, pois, que as autoridades norte-americanas cuidam, diariamente, de ressuscitar a "guerra fria" e a "política de força". Exigindo a aceitação de seus pontos de vista para a renúncia do emprêgo da força, Eisenhower declara, na prática, que a força poderá ser usada para impor seus pontos de vista. Daí não há fugir.

Entretanto, levando em conta a opinião pública mundial e os próprios sentimentos do povo norte-americano, Eisenhower não se sentiu com forças para fechar definitivamente a porta ao debate e solicitou a Bulgânin novos esclarecimentos sobre os assuntos versados em sua resposta. O que demonstra que é cada vez mais difícil fazer caso omisso das exigências mundiais por um novo alívio da tensão.

UNIDADE, CHAVE DO TRIUNFO

No próximo dia 31 de Janeiro devem ser empossados nos altos cargos a que foram eleitos de presidente e vice-presidente da República os srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Consuma-se, assim, a vitória das forças antigolpistas que se uniram em torno daqueles nomes, impuseram a realização das eleições, derrotaram nas urnas o candidato dos golpistas, afastaram do governo os srs. Carlos Luz e Café Filho e desmantelaram a conspiração da camarilha que assaltara o poder em 24 de agosto de 1954 e queria utilizar-se das posições ocupadas para impor à nação uma ditadura de tipo fascista que liquidasse as últimas liberdades democráticas, entregasse o petróleo brasileiro ao Standard Oil e reduzisse o Brasil à situação de colônia dos Estados Unidos.

O inimigo sofreu uma derrota, mas conserva suas forças. Não foi destruído e prepara-se com fúria para voltar ao ataque. Conserva suas posições e mantém-se emboscado ao mesmo tempo que manobra e tudo faz para dividir a coalizão antigolpista que o derrotou. Por isto, nosso dever, o dever de todos os patriotas e democratas, consiste em procurar enfrentar com serenidade a situação, tendo em conta a verdadeira correlação das forças políticas, os interesses das diferentes classes e camadas sociais. Só assim poderemos traçar o rumo de nossa política e indicar as tarefas que, à frente da classe operária e do povo, devemos realizar.

Nosso inimigo é o imperialismo norte-americano, são os círculos dirigentes dos Estados Unidos que querem reforçar sua dominação e a opressão colonial a que submetem nosso povo, querem colocar nossa economia na completa dependência da economia de guerra dos Estados Unidos, arrastar nosso país aos blocos político-militares que dirigem, transformar nosso território em base de operações para sua política de hegemonia e expansão mundiais e, inclusive, fazer de nosso povo carne de canhão para suas aventuras guerreiras. Por isto, torna-se cada vez maior a contradição entre a política colonizadora e agressiva dos Estados Unidos em nosso país e os interesses da maioria esmagadora da nação.

Os monopólios norte-americanos para levar adiante seus planos de colonização do Brasil querem esmagar o movimento operário e patriótico em nosso país e barrar o desenvolvimento do movimento de libertação nacional e servem-se para tanto de uma minoria reacionária composta de indivíduos que já perderam por completo o sentimento patriótico e o de orgulho nacional e que na defesa de privilégios de classe e de interesse egoístas serão capazes de todos os crimes contra o povo.

Em que reside, no entanto, o poderio dessa minoria reacionária, poderio que lhe permitiu assaltar o poder em 24 de agosto de 1954 e continuar ameaçando a nação com uma ditadura militar de tipo fascista? — Reside, antes e acima de tudo, na insuficiente unidade das forças democráticas e patrióticas. Reside também no fato de que a camarilha reacionária servil do imperialismo norte-americano não foi ainda de todo isolada das massas.

É a maioria esmagadora da nação, no entanto, que sofre com a atual situação e pode ser ganha para a luta por modificações na política interna e externa do governo. Sofrem com a atual situação todos os trabalhadores, operários, camponeses, empregados, funcionários públicos civis e militares, intelectuais e profissionais, todos enfim que vivem de salário ou vencimento. Sofrem os artesãos e os pequenos e médios comerciantes e produtores. Além disto, amplos setores da burguesia brasileira, comerciantes e produtores, sentem-se cada dia mais prejudicados diante da concorrência desleal e brutal dos monopólios norte-americanos que com a connivência do governo tudo fazem para liquidar a indústria nacional, monopolizam o comércio externo do Brasil e impedem a troca vantajosa com diversos países e mercados tão importantes como são os da União Soviética, da República Popular da China e demais democracias populares. Mesmo alguns setores de grandes capitalistas, ligados a outros grupos imperialistas — ingleses, franceses, alemães, holandeses, etc. — e que são prejudicados com a

LUIZ CARLOS PRESTES

atual política, podem ser ganhos, momentaneamente pelo menos, para o lado das forças democráticas e patrióticas que lutam por mudanças na política interna e externa do governo.

Entre estas diversas forças políticas existem, evidentemente, divergências e interesses opostos. No entanto, na medida em que seus interesses coincidem com os interesses nacionais e que se aprofunda a contradição entre estes interesses e a política agressiva do imperialismo norte-americano e de seus serviços e agentes no Brasil, torna-se mais ampla e sólida a base sobre a qual é possível estabelecer a unidade de ação contra o perigo comum. Marchamos, assim, para uma correlação de forças políticas cada dia mais favorável à democracia e ao progresso do Brasil, ao isolamento cada vez maior da minoria reacionária servil do imperialismo norte-americano. A experiência dos últimos meses e, muito particularmente, da campanha eleitoral e da crise de governo de 11 de novembro, comprova que a unidade de ação em torno de uma plataforma concreta é possível e que, quando realizada, representa, mesmo em seus primeiros passos, uma força esmagadora e invencível.

Na campanha eleitoral foi possível unir em torno da plataforma antigolpista e de defesa das liberdades democráticas e da Constituição, desde operários comunistas e trabalhadores, católicos e não-católicos, até representantes dos latifundiários e grandes capitalistas. Com a apuração do pleito pela Justiça Eleitoral ficou suficientemente claro que sem os votos dos comunistas e de todos aqueles que os acompanham não teria sido possível derrotar o candidato dos golpistas. Isto não significa, no entanto, que o sr. Kubitschek deixe de ser contrário ao programa revolucionário do Partido Comunista, ou, de outro lado, que os comunistas tenham abandonado por um instante sequer, seu Programa ou mudado de opinião a respeito da verdadeira orientação política dos partidos a que se uniram na campanha eleitoral. Apenas, marchamos juntos por objetivos comuns e limitados e, porque marchamos juntos, impedimos a vitória do candidato dos golpistas e derrotamos os planos do imperialismo norte-americano.

Em 11 de novembro, o ministro da Guerra ao dirigir a ação militar que afastou do poder o golpista Carlos Luz participou de fato da ampla unidade de ação antigolpista ao lado de todos os democratas e patriotas, inclusive os comunistas que sempre estiveram à frente de todas as lutas contra a camarilha que assaltara o poder em 24 de agosto de 1954 e tentava utilizar-se do poder para instaurar no país uma ditadura de tipo fascista. Sem a ampla unidade de ação, que abarcou de fato a maioria das forças armadas, o Congresso Nacional e as grandes massas populares, não teria sido possível derrotar o plano sinistro já em início de execução dos golpistas.

O inimigo sabe disto e, daí, os esforços que realiza no sentido de impedir a unidade de ação de todas as forças interessadas na preservação das liberdades democráticas e na mudança em sentido democrático e progressista da política interna e externa do governo. Procura intensificar a perseguição aos comunistas com o objetivo de dividir a classe operária e de assustar os setores mais conservadores das classes dominantes. Por sua vez, as forças que chegaram ao poder com a crise de 11 de novembro temem mais ao povo do que à camarilha golpista e, na defesa de seus interesses e privilégios, pensam poder conter e paralisar o movimento em ascensão das grandes massas populares por meio da suspensão das garantias constitucionais, da censura à imprensa e demais medidas relacionadas com o estado de sítio, concorrendo assim para dividir as forças que asseguraram a vitória eleitoral dos srs. Kubitschek e Goulart e afastaram do poder a camarilha golpista.

Nestas condições, torna-se claro que a tarefa fundamental e urgente que têm agora à sua frente as forças pa-

tróticas e democráticas, todos os que não concordam com a instauração em nosso país de uma ditadura de tipo fascista e a serviço dos monopólios norte-americanos, todos os que aspiram por mudanças no sentido democrático e progressista da política interna e externa do governo, consiste em unir suas forças para exigir o efetivo respeito às liberdades democráticas e sindicais, abolição das discriminações políticas e ideológicas, medidas práticas que assegurem a melhoria nas condições de vida das massas trabalhadoras, política externa de defesa da soberania nacional e de estabelecimento de relações amistosas com todos os povos. Não é pactuando com a reação, mas lutando contra ela que defenderemos as liberdades e impediremos que os agentes dos monopólios norte-americanos realizem seus planos criminosos contra o povo e a pátria.

Se nos mantivermos unidos e vigilantes, se lutarmos resolutamente pela abolição de todas as discriminações políticas e ideológicas, contra as leis reacionárias e contra as sucessivas prorrogações do estado de sítio, em defesa da Constituição, contra a miséria crescente das grandes massas trabalhadoras, em defesa do petróleo brasileiro e demais riquezas nacionais, em defesa da indústria nacional, pelo estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com todos os povos, derrotaremos todas as tentativas do inimigo e avançaremos no caminho da democracia, da independência e do progresso do Brasil.

As forças que derrotaram e expulsaram do poder a camarilha golpista são bastante poderosas. Podem assegurar ao governo que se inicia em 31 de janeiro todas as condições para enfrentar com êxito os inimigos internos e externos de nosso povo. Já está suficientemente claro que não tem futuro o governo que quiser apoiar-se no imperialismo norte-americano e realizar em nossa terra sua política de guerra e colonização. O povo unido derrotará inexoravelmente os políticos de vistas curtas que na defesa de interesses egoísticos pretendem enganar-lo e sob novas formas tentarem realizar a mesma política dos últimos governos, já claramente condenada pela maioria esmagadora da nação.

Nesta luta, cabe à classe operária um papel de primeira ordem. Só a classe operária, unida e organizada, será capaz de conduzir as massas populares à luta contra a reação, será capaz de desmascarar a minoria reacionária que, dentro ou fora do governo, quiser enganar o povo para submetê-lo a uma ditadura militar de tipo fascista a serviço dos monopólios norte-americanos. Cabe às organizações operárias principalmente a tarefa de despertar e mobilizar para a luta por suas reivindicações imediatas e em defesa das liberdades democráticas as grandes massas trabalhadoras do campo que, em sua maior parte, encontram-se ainda à margem do movimento de libertação nacional. Despertar as massas camponesas e mobilizá-las para a luta por seus interesses será contribuir decisivamente para bater a minoria reacionária ali onde mantém certa força e influência. Apoiada na força dos trabalhadores do campo, a classe operária mais facilmente ganhará para si e para o povo as demais camadas sociais e criará as condições para a ampla unidade de ação capaz de exigir vitoriosamente as modificações reclamadas pelo povo na política interna e externa do governo, capaz de derrotar o imperialismo norte-americano e seus agentes brasileiros.

Sob a direção da classe operária, as forças democráticas e patrióticas não-de impor sua vontade, saberão eliminar, uma a uma, as restrições ainda existentes à prática efetiva das liberdades democráticas consagradas na Constituição e, ao mesmo tempo, exigirão vitoriosamente medidas práticas contra a carestia de vida, em defesa do nível de vida dos trabalhadores, em defesa da indústria nacional e pelo estabelecimento de relações amistosas com todos os povos. Será este o caminho pelo qual irá avançar o movimento de libertação nacional, a grande histórica luta de nosso povo pela liberdade, pela independência e pelo progresso do Brasil.

Plataforma de Ação e de Unidade Democrática

«PARA facilitar a unidade e a ação de todos os patriotas e democratas, o Partido Comunista propõe aos trabalhadores das cidades e do campo, aos agrupamentos, correntes e partidos políticos, às organizações operárias, camponesas, patrióticas e populares, de jovens e mulheres, a seguinte plataforma para a ação comum:

- 1 — Luta pelas liberdades democráticas e sindicais, em defesa da Constituição, contra qualquer golpe de Estado reacionário, pela suspensão do estado de sítio, pela abolição de todas as discriminações políticas e ideológicas, o que significa legalidade para o Partido Comunista, anistia para os condenados e processados por motivos políticos, revogação das leis de segurança e de imprensa.
- 2 — Luta pela paz, por uma política de defesa da soberania nacional e de entendimento e relações pacíficas com todos os povos.
- 3 — Luta intransigente em defesa do petróleo e demais riquezas nacionais, contra a pilhagem dos monopólios norte-americanos e em defesa da indústria nacional.
- 4 — Luta pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares contra a carestia da vida, pelo aumento dos salários dos operários, pela elevação dos vencimentos do funcionalismo, pelas reivindicações econômicas das massas camponesas, dos estudantes, das mulheres, dos artesãos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

A REALIZAÇÃO com êxito desta plataforma depende da mobilização, da combatividade e da força unida e organizada de todos os patriotas e democratas, da atividade e da organização dos trabalhadores das cidades e do campo e, muito especialmente, da unidade da classe operária e de sua aliança, forjada na própria luta, com as massas camponesas.»

AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS CAM- PONESES DE CUJA ABOLIÇÃO TRATA NOSSO DOCUMENTO BÁSICO

A PROPOSITO da matéria publicada nesta seção, no número 345 (O Programa não cogita de proibir os camponeses de dar parte de suas terras em arrendamento) escrevem-nos o leitor Nelson Vilas (Diretor de S. Paulo). Entre outras coisas diz que no debate do Programa, algumas pessoas não têm sabido encontrar as formas de arrendamento pré-capitalistas. Isto é tanto mais difícil acrescenta, devido às peculiaridades das formas de arrendamento na região oeste de S. Paulo. E passa a indicar essas peculiaridades: 1) arrendatários que mantêm uma exploração nos moldes capitalistas (temporeando assalariados e técnica moderna) pagam a renda da terra em espécie, correspondente a 25% da colheita; 2) "A produção camponesa, pelo menos na região oeste do Estado é dirigida para o mercado"; 3) "não é encontrada ou dificilmente a exploração capitalista típica de restos feudais". Depois de tais considerações afirma: "A conclusão que se tira é que embora o programa não diga que será extinto o sistema de arrendamento, não diz também que necessariamente serão conservados os atuais tipos.

(Nota-se que estou me referindo a determinada região, oeste, do Estado de São Paulo).

EM primeiro lugar a dificuldade para encontrar arrendamento pré-capitalista reside no fato de que os estudiosos do assunto não destacam o que é essencial nesse tipo de arrendamento. Efetivamente, apesar de sua diversidade de forma (pagamento da renda em espécie, trabalho ou dinheiro) o arrendamento pré-capitalista tem um traço comum distintivo que nele é essencial. A propósito disto diz Lênin: "É necessário distinguir rigorosamente a renda dinheiro da renda capitalista da terra: esta última pressupõe a existência de capitalistas e operários assalariados na agricultura; a primeira pressupõe a existência de camponeses dependentes. A renda capitalista é parte da mais valia que fica depois de deduzir o lucro que corresponde ao capital investido que a renda monetária constitui o preço de todo o sobre-produto que o camponês paga ao proprietário da terra" (Desenvolvimento do capitalismo na Rússia - Conclusões do 2º Capítulo, pág. 161). Portanto, independente da forma de

que se revista, o arrendamento pré-capitalista significa que o camponês (pobre ou médio) entrega ao dono da terra toda a parte de sua produção que excede de mínimo indispensável à sua subsistência (sobre-produto). Por isto mesmo o Programa, quando fala da abolição das formas semifeudais de exploração dos camponeses indica a menção a terra e todas as formas de prestação de serviços gratuitos. O Programa parte do fato de que pagando de 30 a 50% de renda, nas condições de exploração rudimentar da terra e sem empregar trabalho assalariado, o camponês entrega ao dono da terra todo o sobre-produto. O mesmo não se pode dizer de um camponês rico que paga 25% de renda, mesmo que seja em espécie. Este se apropria da mais valia de seus assalariados, em torno do nível do lucro médio obtido pelos capitalistas na cidade. Desde que não coniga o lucro médio na agricultura, o capitalista emigrará para outro ramo da produção. Isto não significa naturalmente que deixamos de apoiar sua luta por melhores condições de arrendamento da terra.

EXPERIÊNCIAS DOS PARTIDOS COMUNISTAS

O Combate ao Sectarismo no Partido Comunista do Japão

EM artigo publicado na revista «Zenei», órgão central do Partido Comunista do Japão, o camarada Sanzo Nozaka, primeiro secretário do C.C. do Partido, analisa as questões mais importantes abordadas nas resoluções da VI Conferência Nacional do P.C.J. Nesse artigo, do qual aparece um resumo em «Por Uma Paz Duradoura, Por Uma Democracia Popular!», o camarada Nozaka detém-se na análise das três questões mais importantes destacadas nas resoluções da VI Conferência: 1) — a quebra da unidade e coesão do Partido; 2) — o aventureirismo esquerdista; 3) — o sectarismo. Sobre a terceira questão, escreve o primeiro secretário do C.C. do P.C.J.:

SECTARISMO é outro dos principais erros de nosso Partido, assinalados nas resoluções de sua VI Conferência.

COM as forças do Partido Comunista somente, não se pode triunfar na revolução. Enquanto sejam dezenas ou centenas de milhares e não milhões e dezenas de milhões de pessoas que acompanhem a nosso Partido ou, pelo menos, mantenham ante ele uma posição de neutralidade amistosa e se neguem a apoiar seus inimigos, não poderemos afirmar que estão maduras as condições para a vitória da revolução. Esta é uma das verdades elementares do comunismo, que todos devem conhecer. No entanto, nós a esquecemos com muita frequência. A isso se deve que tenham surgido no Partido as seguintes tendências errôneas que, em maior ou menor grau, ainda subsistem.

PRIMEIRO, a tendência a fazer a revolução exclusivamente com as forças do Partido, sem pugnar por colocar a seu lado as grandes massas e atrai-las ao caminho da luta revolucionária.

SEGUNDO, a tendência a enquadrar todo movimento independente de massas e as organizações de massas no estreito marco do Partido ou a monopolizar os postos de direção nestas organizações de massas, afastando os líderes não comunistas e substituindo-os por comunistas, a fim de obrigar as referidas organizações a atuar conforme a vontade e os desejos destes últimos.

TERCERCEIRO, a tendência a lutar unicamente com ajuda de um número reduzido de elementos selecionados, em lugar de conseguir, através de um trabalho paciente de organização e persuasão entre as grandes massas, a participação das próprias massas nesta luta.

QUARTO, a tendência a mandar nas massas, a dominá-las, a impor-lhes nossa vontade, esquecendo que precisamente as massas são nossos donos e que nós não fazemos mais do que servir às massas.

QUINTO, a tendência a impor às massas altas palavras de ordem e reivindicações políticas, sem levar em conta seu estado de espírito, seus desejos e seu grau de consciência, começando a injuriá-las, a acusá-las de «reacionarismo», etc., quando não aceitam essas palavras de ordem e reivindicações.

SEXTO, a tendência a propagar de modo mecânico e formal entre o movimento de massas as idéias comunistas, sem ligação com as tarefas práticas tendentes a criar a frente única democrática de libertação nacional.

SEMELHANTES tendências e mentalidade sectária, por muito bons que sejam os propósitos a que devam sua origem, conduzem de fato a isolar o Partido das massas, a debilitar sua ligação com as massas. Em consequência destes erros, como se indica nas resoluções da VI Conferência do Partido, surgiu o perigo de que o Partido se divorcie e isole das massas. O sectarismo, tal como o aventureirismo esquerdista, tem suas raízes na ideologia pequeno-burguesa. É a ideologia obtusa do pequeno proprietário, do artesão, que trata de manter-se à tona seja como for. Esta mentalidade sectária vem perdurando entre nós desde os tempos em que nosso Partido, sob o regime policial-monárquico, via-se obrigado a atuar no estreito marco da clandestinidade. Até hoje esta ideologia sectária é um obstáculo considerável para a transformação de nosso Partido em um verdadeiro Partido de massas. Enquanto não empreendermos uma luta enérgica para extirpar do Partido

esta ideologia pequeno-burguesa e o estilo sectário de trabalho que dela decorre, nosso Partido não poderá conquistar um sólido apoio entre as amplas massas.

PARA acabar com essa ideologia devemos, em primeiro lugar, fazer com que penetrem profundamente no Partido o espírito de confiança nas massas, a necessidade de apoiar-se nelas e a convicção de que a revolução se faz com a força das massas. É de particular importância alcançarmos a compreensão justa e profunda da natureza da conexão existente entre o Partido de um lado, e as organizações e o movimento de massas do outro lado.

ATUALMENTE desenvolve-se em nosso país um vasto movimento progressista de massas, crescem e ampliam sua ação diferentes organizações progressistas de massas, desde os sindicatos até as organizações de partidários da paz. Estes movimentos de massas e suas organizações, cujo objetivo é ver satisfeitos os mais diversos anseios das próprias massas, incorporam a suas fileiras e organizam inclusive camadas do novo mais atrasadas, do ponto de vista político. Estes movimentos e organizações de massas constituem para nosso Partido correntes de transmissão através das quais pode ele ligar-se às massas e ao mesmo tempo escola da revolução democrática de libertação nacional. Na medida em que cresçam e se fortaleçam estas correntes de transmissão, se robustecerão mais e mais os vínculos do Partido com as massas.

ERRO em que havíamos incorrido com relação a estes movimentos e organizações de massas consiste em que pretendíamos impor-lhes, de cima, elevadas reivindicações políticas, com o que circunscrevíamos sua atividade a um marco demasiado estreito. Devemos corrigir este erro. É preciso respeitar os objetivos próprios e o caráter independente dos diversos movimentos e organizações de massas, contribuir por todos os meios para que manifestem plena iniciativa e ajudemos a crescer e consolidar-se.

DEVE-SE levar em conta que, se bem sejam estes movimentos de massas e suas organizações progressistas, no amplo sentido da palavra, neles se manifestam tendências politicamente atrasadas e um estado de espírito conservador. Não devemos assustar-nos com isso, pois tais tendências e estados de espírito atrasados são inevitáveis nessas organizações, que se caracterizam precisamente por isso. No entanto, quando nós, temerosos dessas tendências e atitudes, e querendo corrigi-las quanto antes, começamos a atuar com precipitação, recorrendo a métodos grosseiros, parecemos-nos aquele homem que, em seu afã de endireitar os chifres de um boi, acabou matando o animal. Se colocássemos assim o problema, a própria existência das organizações de massas seria impossível.

POR que procedíamos de modo tão pouco razoável? Ou por que, ao organizar o trabalho independente do Partido nas organizações de massas nós fazíamos de forma errada e ineficaz, ou por que não acreditávamos no êxito desse trabalho.

LÊNIN nos ensina que os comunistas, para elevar a consciência política das massas e ganhá-las no terreno ideológico, devem trabalhar em todas as organizações de massas, inclusive as reacionárias, sempre que elas congregam massas proletárias e semiproletárias.

OS comunistas devem ingressar nessas organizações e realizar, no seio delas, com empenho, tenacidade e paciência, seu trabalho de propaganda e esclarecimento. Devem defender as posições independentes do Partido, superando todas as dificuldades e todos os obstáculos, sem retroceder ante as investidas, injúrias e perseguições dos dirigentes reacionários dessas organizações. Só assim podem ir vencendo as diversas tendências conservadoras nos movimentos e organizações de massas e orientando sua atividade pelos rumos que favoreçam a revolução democrática de libertação nacional.

(Do artigo publicado em «Por Uma Paz Duradoura, Por Uma Democracia Popular!», n.º 375, de 13 de janeiro corrente, sob o título: «As questões mais importantes das resoluções da VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Japão.»)

Explicando o programa do P.C.B.

O MISSIVISTA não em razão portanto quando supõe que o traço distintivo do arrendamento capitalista é o caráter mercantil da produção ou o fato de destinar-se ao mercado. A esse respeito Lênin, depois de dizer na 1ª conclusão (no capítulo mencionado da obra citada) que "o meio econômico-social em que se acha o camponês russo de nossos dias é o de uma economia mercantil" adiante afirma: "Não há dúvida de que nas cargas atuais de nossos camponeses há certa parte de renda monetária. Também o arrendamento camponês se aproxima às vezes da renda monetária: quando o elevado pagamento pelo usufruto da terra não deixa ao camponês mais que um escasso salário". (Ao dizer renda monetária Lênin tem em vista a renda-dinheiro pré-capitalista). Disto se deduz que para determinar se o arrendamento de terra realizado pelo camponês pobre ou médio é pré-capitalista, o essencial é ver não se a produção do camponês se destina ao mercado mas se entrega todo o sobre-produto ao dono da terra.

DE tudo isto se deduz que tampouco é justa a conclusão do missivista, que põe em dúvida, de certo modo, a conservação do direito dos camponeses a dar parte de suas terras em arrendamento, segundo o nosso documento básico. O Programa, ao ter em vista varrer do campo todas as sobrevivências feudais, não se propõe simultaneamente abolir o capitalismo. Os camponeses ricos podem ser atraídos para o lado do proletariado, ou pelo menos neutralizados. Por isso é assegurada a estes a garantia legal de sua propriedade. E não se compreende o direito de organizar economias capitalistas no campo sem a liberdade de arrendar terras e contratar trabalhadores assalariados. Por outro lado, a experiência da reforma agrária realizada no pós-guerra nos países de democracia popular da Europa e da Ásia indica que também outros setores, além dos camponeses ricos, estão interessados na conservação do direito de dar parte de suas terras em arrendamento (Ver na revista "Problemas", número 30 o informe de Li Chau-Tai sobre "A reforma agrária na China" e o texto da lei da reforma agrária adotada pelo governo chinês em outubro de 1950).

O MISSIVISTA tem razão quando diz que os detalhes em torno desse problema não podiam ser objeto do Programa. Entretanto as linhas gerais nas quais deva se basear qualquer documento posterior detalhando a política do Partido no campo são as estabelecidas no Programa. E a justa compreensão dessas teses gerais é o que devemos objetivar.

O que se deve ler

"MÉDICOS BRASILEIROS NA U.R.S.S." — DRS. MILTON LOBATO E REINALDO MACHADO. — EDITORIAL VITÓRIA

A CONVITE do Ministério da Saúde da União Soviética, visitou o país do socialismo, em 1952, uma delegação de médicos brasileiros. Relato dessa viagem é o livro recém-publicado pela Editorial Vitória, «Médicos Brasileiros na U.R.S.S.», de autoria dos Drs. Milton Lobato e Reinaldo Machado.

Nos últimos anos foram publicados em nosso país vários folhetos e livros contendo impressões de viagem à União Soviética. O aspecto novo do trabalho dos Drs. Milton Lobato e Reinaldo Machado consiste em que dão uma idéia do desenvolvimento da medicina soviética bem como de suas características principais: gratuidade, colocação da profilaxia em primeiro plano, ligação estreita entre a teoria e a prática, etc. Isto não significa entretanto que se trate de um livro técnico, capaz de interessar apenas a um círculo restrito de especialistas. Os autores optaram por essa orientação considerando conforme afirmam no prefácio, que um livro de impressões de viagem e de observações sobre a medicina soviética poderá interessar a um público mais vasto, a todo o povo, enquanto que um livro erudito, apenas de medicina soviética, alcançaria somente médicos e estudantes de medicina.

Os autores tiveram oportunidade de visitar vários centros de investigação científica, abrangendo os mais diversos aspectos da medicina: cirurgia, tuberculose, pediatria, ginecologia, etc. O relato dessas visitas é feito de modo a dar ao leitor um quadro vivo do gigantesco trabalho de assistência médica realizado na União Soviética. Representa por isto uma contribuição ao conhecimento da pátria do socialismo sob um aspecto novo, o da medicina, não abordado nos livros de viagem à U.R.S.S. editados anteriormente.

AS RIQUEZAS NACIONAIS E AS PALAVRAS DO PRESIDENTE

CAUSAM ESTRANHEZA PARTE DAS DECLARAÇÕES DE JUSCELINO SOBRE A PETROBRÁS E A NOMEAÇÃO DO ENTREGUISTA JANARI GENTIL NUNES

OS últimos pronunciamentos do sr. Juscelino Kubitschek, a respeito da questão do petróleo, têm sido contraditórios, quando não equívocos. O presidente da República tem alternado a reafirmação de fidelidade ao monopólio estatal da exploração do ouro negro e de apoio à Petrobrás com declarações dúbias, nas quais dá um prazo de seis meses à empresa nacional, para que demonstre «sua capacidade de dar petróleo ao Brasil». Que significa isso? Não é estranho que esse pronunciamento coincida com a tese, nitidamente entreguista, do sr. Juarez Távora, a respeito da Petrobrás? Sim, o sr. Juarez Távora, que jamais fez segredo de suas posições na questão do ouro negro, escolheu este mesmo caminho: prazo à Petrobrás para que demonstrasse, «em tempo útil» sua «viabilidade».

Qual o conceito de «capacidade»?

Que entende o sr. Juscelino Kubitschek por «capacidade» da Petrobrás de dar petróleo ao Brasil? É sabido — e os patriotas brasileiros se orgulham disso — que a empresa nacional, apesar dos erros que sua direção tem cometido, apesar da pressão

dos trustes e das transigências que se tem permitido com os inimigos do monopólio estatal, vem seguindo uma trajetória de progresso contínuo. A Petrobrás já comprovou sua capacidade de dar petróleo ao Brasil. Com apoio do governo e realiza-

do uma política exclusivamente voltada para os interesses nacionais, sem compromissos nem transigências com os trustes, ela poderá, em prazo curto, suprir todas as necessidades nacionais de petróleo e derivados. Por isso mesmo, o povo brasileiro não aceita qualquer política que não seja a de apoiar e prestigiar a Petrobrás. O monopólio estatal, como solução para a exploração do petróleo, está comprovado por uma longa e dramática — não raro sangrenta — experiência nacional e internacional. Qualquer tentativa de sair em dúvida ou, mesmo, pôr em discussão, a exequibilidade dessa experiência é impatriótica, serve à política da Standard Oil, que visa, precisamente, destruir a Petrobrás.

As palavras e os atos

Em sua entrevista à imprensa, a véspera da posse, o sr. Juscelino Kubitschek afirmou, categoricamente, que apoiará e prestigiará a Petrobrás. Essa declaração corresponde ao que exige o povo brasileiro do novo governo. Mas ela coincide com a indicação do sr.

Janari Nunes para a direção da empresa nacional. É bastante conhecida a posição nitidamente entreguista do sr. Janari Nunes. Este foi o escolhido — e bem escolhido — não há muito tempo para entregar o manganês do Amapá à U. S. Steel, crime contra os interesses nacionais que ele, ainda agora, não vacila em defender.

É verdade que o sr. Janari Nunes, em declarações à imprensa, promete realizar uma política de fortalecimento da Petrobrás. Isso, porém, não é o bastante para apagar o descontentamento causado por sua indicação e não pode arrefecer a vigilância popular. Nosso povo exige do novo governo que seus atos coincidam com suas palavras, isto é, com suas promessas de campanha eleitoral. Os brasileiros não permitirão, jamais, a entrega do ouro negro nacional.

«Técnicos» Suspeitos

Por tudo isso, a opinião pública vem acompanhando, com apreensão, as atividades de certos «técnicos» convidados pelo sr. Juscelino Kubitschek para seus conselheiros.

Entre esses «técnicos» estão homens como os srs. Alexandre Kafka, Glycon de Paiva e Roberto Campos, conhecidos por suas posições de incondicional subserviência aos Ianques. Que «conselhos» pretende o novo governo de homens como o sr. Glycon de Paiva, defensor dos interesses da Standard desde os tempos em que Monteiro Lobato lutava para provar a existência de petróleo no Brasil. É esse Glycon de Paiva, ex-oficial de gabinete da «Missão Abbink», que será, segundo se anuncia, o presidente da Comissão de Energia Atômica, comissão encarregada de executar — e não de revogar como exige o povo — o Acordo Atômico com os Estados Unidos. Nosso povo considera perigosa a presença desses «técnicos» no governo. O que os brasileiros reclamam do governo é uma política de defesa da soberania e das riquezas nacionais, que devem ser exploradas em benefício dos nossos interesses e preservadas contra as investidas dos trustes estrangeiros. Para realizar essa política o sr. Juscelino Kubitschek contará com o decidido apoio das forças populares.

A NAÇÃO EXIGE A

IMEDIATA SUSPENSÃO DO ESTADO DE SÍTIO

NO primeiro dia de seu governo, o sr. Juscelino Kubitschek determinou a suspensão da censura à imprensa. Não somente os jornais e as organizações de jornalistas, mas toda a opinião pública saudou a medida democrática, que libertou a imprensa da coação sob a qual se encontrava, desde fins de novembro.

Adotada sob o pretexto de impedir a propaganda golpista, a censura, decorrente do sítio, não influiu para deter nem desarticular as manobras dos golpistas. Ao contrário, contribuiu, somente, para impedir que a imprensa democrática continuasse desmascarando a camarilha no golpe, para evitar que a opinião pública fosse informada das manobras e dos perigos que a ameaçam. Enfim, a censura apenas beneficiou os golpistas.

Suspender o sítio

SÍTIO DESNECESSÁRIO

A suspensão da censura é, no entanto, apenas um passo. Medida democrática, sem dúvida, mas que, por si só, não é bastante para remover os entraves ao avanço democrático, entraves que se encontram, agora, em primeiro lugar, no estado de sítio. O que o povo reclama, o que a opinião pública exige do sr. Juscelino Kubitschek é a suspensão imediata do sítio. Vigente essa odiosa medida de exceção, o governo estará armado, inclusive, para restabelecer a censura, de um momento para outro, e sob pretextos «legais». O sítio pesa, como uma espada de Damocles, sobre o povo brasileiro.

Afirmou o governo Nereu Ramos, para justificar o pedido inicial e as sucessivas prorrogações do sítio, que a suspensão das garantias constitucionais era indispensável à desarticulação dos focos golpistas? Será isso verdade? Não. A desarticulação da camarilha golpista não foi completada, apesar dos poderes extraordinários em mãos do governo. Os golpistas continuaram e continuam conspirando. Ao contrário, os poderes de exceção, em mãos do governo, foram usados contra o povo e o movimento democrático, especialmente contra a

classe operária. Comícios foram proibidos, assembleias sindicais foram impedidas de realizar-se, cidadãos foram presos ilegalmente em consequência de estúpidas farsas policiais anticomunistas, a imprensa democrática foi arrolhada, o movimento democrático foi entravado. Tudo isso só beneficiou os golpistas e os reacionários de dentro e de fora do governo. Está comprovado que o sítio foi exigido por essa gente, e por seus mentores Ianques, não com o objetivo de fortalecer a democracia, mas precisamente visando deter o ascenso do movimento democrático de massas e a crescente participação das massas nos acontecimentos políticos.

Por tudo isso, a imediata suspensão do sítio é, agora, uma exigência nacional ao governo do sr. Kubitschek, medida indispensável ao fortalecimento do movimento democrático — cuja força é a única garantia com que poderá contar o governo para realizar uma política em acordo com os interesses do povo.

GREVE NO VALE DO PARAÍBA

ENTRARAM em greve à meia noite do dia 1º do corrente os metalúrgicos das empresas do Vale do Paraíba, com exceção da Cia. Siderúrgica Nacional. Reivindicam os trabalhadores equiparação aos metalúrgicos de Volta Redonda, isto é, aumento de 20% com o mínimo de mil cruzeiros, conquista essa alcançada pelos operários da CSN em outubro de 1955. A greve foi decidida numa grande assembleia e atinge 5 mil metalúrgicos.

RIO, 4/2/56 ★ VOZ OPERÁRIA ★ PÁG. 1

O POVO CARIOCA E A CONQUISTA DA AUTONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Foi solenemente empossada, em ato público realizado no dia 24 de janeiro no Automóvel Clube, no Distrito Federal, a Comissão Executiva do II Congresso Pró-Autonomia e Reivindicações do Povo Carioca. Compareceram ao ato representantes de organizações sindicais e populares, clubes recreativos e entidades diversas, além de grande número de personalidades, como o ex-senador Mozart Lago, o general Edgard Buzbaum, presidente da Liga da Emancipação Nacional, a viúva Heitor Beltrão, o deputado João Machado, os vereadores Levi Neves e Hugo Ramos.

A Comissão Executiva ficou assim composta: Presidentes — Almirante Augusto do Amaral Peixoto, general Zacarias de Assunção, deputados João Machado e Mário Martins, vereador Levi Neves; secretário-geral — Tito Lívio Santana; secretários — Henrique Miranda, Ariosto Berna, Luiz Piragibe, Geraldo Siqueira de Moraes; tesoureiros — Silvano de Brito, Carlos Fidalgo e Francisco Correia de Sá e Benevides.

Com a posse da Comissão Executiva e o início dos trabalhos preparatórios do II Congresso, a luta pela autonomia do Distrito Federal assume nova amplitude. O manifesto de convocação é subscrito por senadores, deputados e vereadores de todos os partidos políticos, por militares, industriais, líderes sindicais, intelectuais e artistas, dignitários eclesiais, dirigentes estudantis e representantes de organizações patrióticas e populares, jornalistas, personalidades de diferentes opiniões políticas e setores sociais que representam a totalidade do povo carioca.

O direito de escolher seus próprios governantes é uma justa aspiração dos cariocas. A autonomia se tornará uma realidade na medida em que as organizações cívicas e políticas e o povo em geral participarem dos trabalhos preparatórios do II Congresso e este seja uma expressão da unidade da população carioca em torno daquele nobre objetivo.

REAFIRMA O SR. GOULART OS PONTOS DE SUA PLATAFORMA ELEITORAL

INUMEROS dirigentes sindicais cariocas e dos diversos Estados, bem como grande número de trabalhadores, compareceram às solenidades de posse do sr. João Goulart na presidência do Senado, ocorrida a 1º de fevereiro. Por isto mesmo tais solenidades tiveram cunho nitidamente popular, fato aliás pouco comum naquela Casa do Congresso.

O discurso do sr. João Goulart

Depois do discurso de transmissão do cargo do senador Gomes Oliveira, falou o sr. João Goulart. Em seu discurso afirmou que suas origens políticas acham-se ligadas estreitamente ao movimento sindical e às lutas dos trabalhadores brasileiros. A seguir teve oportunidade de referir-se a vários dos pontos da plataforma com a qual concorreu às eleições.

Reafirmou em primeiro lugar ao ponto do seu programa que objetiva «fortalecer o país aprimorando as liber-

dades». Defendeu a necessidade de reformas de base afirmando que «não somos isolacionistas». No que se refere à questão do petróleo afirmou: «Desejamos soluções nacionais para os problemas nacionais, como ora fazemos em relação ao petróleo, tendo em vista apenas a necessidade de assegurar nesta fase histórica do nosso desenvolvimento, a emancipação econômica sem a qual jamais se emos verdadeiramente livres».

Defendeu enfim o vice-presidente da República a necessidade dos governantes terem suas vistas voltadas para as aspirações «da imensidão anônima de patriotas que mourem nas fábricas e nas lavouras, nos escritórios e nas oficinas — e que constitui, assim, nas cidades e nos campos, a maioria do povo brasileiro». Finalmente, manifestou a sua esperança de que as aspirações, consubstanciadas na plataforma que serviu de base à aliança entre o PTB e o PSD, serão cumpridas pelo governo Juscelino.

Depois do discurso do sr. João Goulart, muito aplaudido pelas galerias, falaram, saudando-o, os representantes dos diversos partidos.

FATOS da SEMANA

Foi realizada a reunião da Federação dos Agentes Autônomos do Congresso do dia 1º de Janeiro. O sr. Milton Freitas de Souza, presidente da entidade, afirmou que o ato de não comercializar diretamente com a União Soviética em ocasionando os maiores prejuízos ao país, desde que os produtos brasileiros são vendidos naquele mercado. Outras ações reclamou o imediato restabelecimento das relações com o país do socialismo.

NO início da semana a Câmara dos Deputados aprovou o plano de classificação de funcionalismo público. Trata-se de uma grande vitória da UNSP — das demais organizações dos servidores públicos, mormente quanto ao aumento concedido vigora a partir de 1º de Janeiro. Empenham-se agora os funcionários no sentido de alcançar a rápida aprovação do projeto pelo Senado.

DESMORONOUSE a farsa policial arquitetada em Nilópolis (Estado do Rio) onde a reação pretendeu armar um novo «plano Cohen» anticomunista, aproveitando-se de um incêndio provocado, muito provavelmente, pela própria polícia. Tal como o «plano Cohen» de Recife, a farsa caiu no rãdulo, tendo sido desprezada pelos próprios jornais que vivem do balcão do anti comunismo. Emlora a imprensa democrática estivesse — como no caso deste jornal — impedida pela censura de desmascarar a provocação, a opinião pública repeliu com presteza a farsa.

POR motivo da posse dos eleitos a 3 de outubro, o sr. Herbert Morais, presidente da A.B.I., dirigiu-se ao presidente da República manifestando o desejo unânime dos jornalistas de que S. Excia. restabeleça a liberdade de imprensa e a mantenha em toda a sua plenitude durante o exercício do mandato.

ENTRARAM ao Rio, no dia 30 último depois de viajar trinta e cinco dias numa frágil angada, cinco pescadores pernambucanos. Expondo os objetivos da viagem, o pescador Salviano de Souza afirmou às autoridades que não se tratava «nem de turismo nem de exibição. Somos aqui delegados de uma classe enorme e desprotegida».



«O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética — a luz do projeto de Diretivas — considera que o País Soviético dispõe na atualidade de todas as condições necessárias para resolver pelo caminho da construção econômica pacífica, no mais curto prazo, a tarefa econômica fundamental da U.R.S.S.: alcançar e ultrapassar na produção per capita os países capitalistas mais desenvolvidos.» Nestas importantíssimas palavras reside a essência do VI Plano Quinquenal. (Na foto: Em ação os fornos Martin da Fábrica Kirov, de Leningrado.)

Um dos maiores e mais modernos centros de ensino do mundo: a Universidade Lomonósov, de Moscou. Durante o desenvolvimento do VI Plano quinquenal será implantado o ensino médio geral nas cidades e localidades rurais, por meio da instrução das crianças e dos jovens em escolas de 10 graus e em centros especializados. Também será desenvolvido o ensino politécnico que familiariza o aluno com os mais importantes setores da produção industrial e agrícola moderna. A U.R.S.S., país que desconhece o analfabetismo, avança desse modo no setor da instrução por mais vastos caminhos. E isto se reflete sobre o bem-estar geral do país, facilitando a preparação de especialistas nos centros de ensino profissional superior e médio em proporções que satisficam as necessidades da economia nacional e do desenvolvimento cultural da Pátria do Socialismo vitorioso.



A IMPRENSA democrática mundial publicou o Projeto do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética que contém as Diretivas do XX Congresso do P.C.U.S. para o VI Plano quinquenal de desenvolvimento da economia nacional da U.R.S.S. (1956-1960). O XX Congresso do P.C.U.S. discutirá esse plano.

Trata-se de um documento cuja importância transcende os limites do País do Socialismo. A realização dos planos quinquenais soviéticos, tradicionalmente, interessam não apenas à U.R.S.S. mas a todos os povos amantes do progresso e da paz. Isto com maior razão acontece com o VI Plano quinquenal.

Nas suas Diretivas apresentadas pelo C.C. do P.C.U.S. as pessoas honestas vêem um amplo caminho pelo qual o P.C.U.S. e todo o povo soviético marcham para o luminoso objetivo que se propõem: a construção da sociedade comunista.

Por isso mesmo o VI Plano quinquenal está sendo acolhido pelos trabalhadores de todo o mundo com o aplauso e o entusiasmo mais calorosos. As pessoas honestas de todo o mundo que tomam conhecimento desse grandioso plano estão certas de que a sua realização pelo povo soviético representará uma nova e grandiosa contribuição à causa da paz, da democracia e do socialismo que é a causa de um radioso futuro para a humanidade.

UM PASSO A FRENTE NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE COMUNISTA

(O VI PLANO QUINQUENAL SOVIÉTICO)

O NOVO Plano quinquenal soviético é maior que todos os planos quinquenais anteriores. E isto é compreensível. O VI Plano quinquenal corresponde a uma nova etapa e mais alta do desenvolvimento da economia socialista. Hoje a União Soviética dispõe de uma poderosa produção socialista amplamente diversificada, de recursos materiais muito maiores do que nunca e de especialistas altamente qualificados.

O projeto de Diretivas do VI Plano quinquenal assim define os objetivos do Plano: «As tarefas principais do VI Plano quinquenal de desenvolvimento da economia nacional da U.R.S.S. consistem em assegurar, à base do desenvolvimento preferencial da indústria pesada, o ininterrupto progresso técnico e do incremento da produtividade do trabalho, o contínuo e poderoso crescimento de todos os ramos da economia nacional, obter um ascenso vertical da produção agropecuária e assegurar, apoiando-se nisso, uma notável elevação do bem-estar material e do nível cultural do povo soviético.»

Compreendida num aumento geral aproximado de 65% na produção industrial durante a execução do plano, a produção de meios de produção crescerá em 70% e a de artigos de amplo consumo em 60%, aproximadamente. As Diretivas a serem debatidas no XX Congresso estabelecem como tarefas que têm prioridade no setor da indústria o desenvolvimento contínuo da siderurgia e da metalurgia não-ferrosa, da indústria petrolífera, carbonífera e química, e o rápido crescimento da fabricação de maquinaria. De 1956 a 1960 aumentará ao dobro a produção de energia elétrica. É previsto para a energia hidrelétrica um incremento de duas vezes e meia.

Empresas totalmente automatizadas

Uma das mais importantes características do VI Plano quinquenal é que ele dará um forte impulso no progresso técnico, introduzirá a ampla aplicação da nova técnica a todos os ramos da economia nacional da U.R.S.S. Uma grande atenção é dedicada à mecanização e automatização dos processos de trabalho, à mais vasta especialização e

cooperação de todos os ramos da indústria. O plano prevê a criação de empresas totalmente mecanizadas e a difusão contínua da direção a distância, das instalações e da telemecanização do centro e da direção das centrais hidrelétricas, dos poços de petróleo, etc.

Outro importante capítulo do novo Plano quinquenal é o que diz respeito ao emprego de energia atômica para fins pacíficos. Como se sabe, a União Soviética acha-se na vanguarda mundial da aplicação específica da energia atômica. Nas Diretivas do VI Plano quinquenal se indica que no transcurso dos anos de 1956 a 1960 devem ser construídas centrais elétricas atômicas com uma potência total de dois a dois e meio milhões de quilowatts. O primeiro navio quebra-gelos atômico será construído na U.R.S.S. Nas expedições de que participar os continentes gelados, esse navio afastará a poderosos jatos de água fervente os obstáculos opostos ao seu caminho nas regiões polares.

180 milhões de toneladas de cereal

Mas não ficará al o VI Plano quinquenal. No domínio da agropecuária, as Diretivas colocam grandes tarefas para os operários e empregados e para o campesinato colcosiano. Prevê-se uma elevação vertical da agricultura e da pecuária. Em 1960 a colheita global de cereais será elevada a 180 milhões de toneladas. Será sistematicamente elevado o nível dos métodos de produção agropecuária à base de uma ampla utilização das conquistas da ciência agrônoma e das experiências de vanguarda. A partir de 1956 será elevada a nada menos de 30 milhões de hectares a superfície semeada das terras virgens que não exijam grandes inversões básicas. Além do incremento da produção de carne, produtos lácteos, de legumes, hortaliças, frutas, etc., o Plano prevê uma considerável elevação do nível de mecanização da agricultura. De 1956 a 1960 serão entregues à agricultura 1 650 000 tratores aproximadamente (em unidades convencionais de 15 HP), dentre eles 680.000 tratores-escavadores, 560.000 coletores de cereais, 180.000 segadoras, 250.000 coletores de milho e outras máquinas agrícolas.

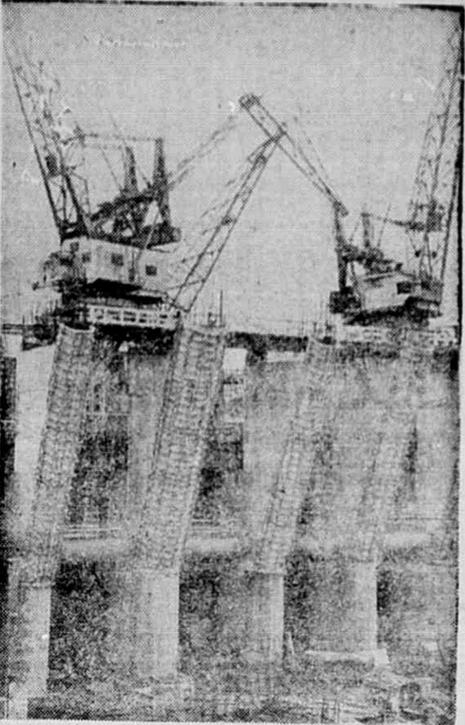
Crescente surto progressista

Em relação aos transportes, comunicações, o VI Plano quinquenal considera de grande importância a elevação do nível técnico do transporte ferroviário, fluvial, marítimo, automobilístico e aéreo, a ampla eletrificação das estradas de ferro e o seu equipamento com locomotivas modernas e outras espécies de material rodante.

O VI Plano quinquenal, portanto, será um quinquênio de constante e acentuada elevação da produtividade socialista do trabalho, de aumento da renda nacional, de crescimento do salário real dos operários e empregados e das rendas em dinheiro e em espécie dos campesinos colcosianos. As Diretivas prevêem, além disso, um notável melhoramento e uma considerável ampliação da construção de habitações, o incremento da instrução pública, da ciência e da cultura em todo o país.



O florescimento da arte socialista, cujo acesso às grandes massas cada vez mais se facilita através de novas medidas, é alvo de particular carinho do Partido e do Governo na União Soviética. O povo soviético conhece e prestigia seus artistas cuja fama atravessa as fronteiras do país. Uma jovem e já célebre artista soviética é a bailarina Maia Plisetskaja, artista emérita da República Federativa Russa. Durante a excursão de um grupo de artistas soviéticos à Índia, Plisetskaja recebeu extraordinária consagração nas principais cidades daquele grande e culto país. Ela (foto acima) ajudando a aluna da última classe da Escola Coreográfica do «Bolshoi Teatros» (Grande Teatro Estatal Acadêmico da URSS) Natália Perminikova desempenhou o papel principal no balet «Quebra-nozes» de Tchaikovski todo ele representado por alunas em dezembro de 55.



Grandes obras na esfera da eletrificação, como a central elétrica do Baiko Kama, de 90 mil kilowatts, figuram no VI Plano Quinquenal. (Na foto, a central de Kakovka.)

«Desenvolver ao máximo a pecuária coletiva dos colcosos e a pecuária dos sovcosos. Aumentar a produção de carne, antes de tudo através do fomento da criação de porcos, por ser mais rápida. elevar em 50% o peso específico da carne de porco no volume global da produção de carne no país» dizem as Diretivas para o VI Plano quinquenal. Essa tarefa que tem sobre os ombros os colcosos e sovcosos é que trata de resolver o campesinato trabalhador da U.R.S.S.

Aparecem na foto abaixo Praskovia Malhina, célebre colcosiana soviética, presidente da fazenda coletiva «12 de Outubro», heroína do Trabalho Socialista e deputado ao Soviete Supremo da U.R.S.S., e A. M. Lischenko, também heroína do Trabalho Socialista e zootécnica da mesma fazenda. O flagrante foi feito na Exposição Agrícola da U.R.S.S., quando ambas examinavam tipos de gado selecionado.



AVANÇO EM TODOS OS SETORES DA VIDA NACIONAL

DE 1956 a 1960 será estabelecido aproximadamente em 60% o incremento da renda nacional da U.R.S.S. Nesta base haverá o aumento sucessivo das rendas dos operários, empregados e camponeses; será consideravelmente elevado o consumo de gêneros alimentícios e industriais por habitante.

Em 1960 será fixado em aproximadamente 55 milhões o número de operários e empregados ocupados na economia nacional da U.R.S.S. O salário real dos operários e empregados será elevado numa média aproximada de 30%.

Serão melhoradas ao máximo as condições de trabalho e de vida das operárias. Novas vantagens serão concedidas às mães e, em particular, haverá um aumento do período de férias por gravidez e parto.

Aumentará para 210 bilhões de rublos em 1960 os gastos do Estado para seguros sociais dos operários e empregados, pensões, subsídios a mães de prole numerosa, bolsas para estudantes, assistência médica gratuita, leitos gratuitos em hospitais e casas de repouso, férias remuneradas e outros benefícios.

Será ampliada a rede de restaurantes nas fábricas, minas, estações de máquinas e tratores, sovcosos, centros de estudo, etc.

O VI Plano quinquenal também prevê o melhoramento e a ampliação em grau considerável da construção de casas. Durante o quinquênio serão edificadas nas cidades, povoações operárias e localidades rurais, com os recursos do Estado, casas de morada com uma superfície total de 805 milhões de metros quadrados, isto é, quase o dobro do último quinquênio.

No terreno da saúde pública, serão aumentados o número de leitos nos hospitais até 1960, em comparação com 1955, em cerca de 28%. O número de leitos nas creches em 44%; nos jardins de infância em 45%; nos sanatórios em 10% e nas casas de repouso em 13%.

As Diretivas para o VI Plano quinquenal objetivam importantes medidas para o desenvolvimento da ciência da arte e da cultura socialista que florescem na U.R.S.S. Desse modo, será aumentada durante o quinquênio em 90% a potência das emissoras de radiodifusão e televisão existentes e construído um elevado número de cinemas pelo Ministério de Cultura da U.R.S.S.

Voz dos Leitores

Arbitrariedades Nos Hortos Florestais da Cia. Paulista

«Quando a VOZ OPERÁRIA publica correspondência relatando a situação de miséria dos trabalhadores dos Hortos florestais da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tem gente, lá fora, que não acredita. Entretanto, se viessem aqui, veriam que as casas dos trabalhadores são péssimas, suas condições de trabalho terríveis, com salários baixíssimos. Basta dizer que eles trabalham 9 horas por dia e só ganham ... Cr\$ 71,00. A situação chegou a tal ponto que, quando morre um trabalhador, é preciso fazer listas e pedir auxílio para o enterro.

O chefe dos hortos, dr. Armando Navarro, tem como auxiliares uma turma de verdadeiros cangaceiros, que vivem maltratando os operários, como Vicente Messeti e Luiz Messeti em Rio Claro, que supõem senhores de escravos, e como Vitorio Giovanini, em Camaquã, que chegou a matar as galinhas dos empregados a tiros de revólver e ainda ameaçou-os.



Recentemente, um jaburu que existia no Hórto de Rio Claro, animal que vivia machucando crianças (uma das quais faleceu em virtude de uma bicada no crânio), amanheceu com uma perna fraturada e morreu. O sr. Navarro ficou furioso (ele que nunca se incomodou com os ferimentos que o animal provocava nas crianças), pôs a culpa nos trabalhadores e, por vingança, cortou uma condução utilizada pelos trabalhadores, por moças que trabalham na cidade e por jovens que estudam à noite. Este fato dá uma idéia da mentalidade do sr. Navarro e do fascismo que ele quer implantar aqui. Mas nem ele nem seus capangas, conseguirão intimidar os trabalhadores, que se unem para exigir seus direitos e modificar essa situação.»

(Do Correspondente da VOZ em Rio Claro — S. Paulo.)

POSTA RESTANTE

CURITIBA — Carta e recortes do correspondente, que agradecemos.

ROLÂNDIA — Cópia de um requerimento apresentado à Câmara Municipal, pela anistia, que não sabemos se foi aprovado, pois nada se diz a esse respeito.

SANTO ANDRÉ — Carta de um ferroviário da Santos-Jundiaí, protestando contra ofensas do chefe da estação, sr. Costa.

REIVINDICAÇÕES DOS FERROVIÁRIOS DE CONSELHEIRO LAFAIETE (M.G.)

«Por motivo da posse dos srs. Juscelin Kubitschek e João Goulart no próximo dia 31, uma comissão de ferroviários do 5º Depósito, em Conselheiro Lafaiete, encaminha-lhes suas reivindicações mais sentidas, esperando que sejam solucionadas brevemente. Uma delas é a da Caixa de Aposentadoria e Pensões, pois a CAP nem nos garante hospital e nem os seus médicos atendem com presteza os associados e suas famílias, negando mesmo até as guias para exames de saúde ou atestados equivalentes.



Outra reivindicação é a modificação do S. S. R., onde constantemente faltam gêneros de primeira necessidade. Além disso, os ferroviários e suas famílias têm necessidade de caixotes, latas e sacos vazios para suas residências, o que poderiam conseguir no S.S.R. Acontece, entretanto, que os sacos, caixotes e latas que vão para lá são levados não se sabe para onde, não conseguimos comprar um sequer.»

(Enviada por uma comissão de ferroviários do 5º Depósito em Conselheiro Lafaiete — Minas Gerais.)

POLICIAL DESORDEIRO

«O Correspondente da VOZ em Lupatins (Paraná), sr. A. F. N., recebemos: «O 3º sargento da polícia, comandante do destacamento local, tem cometido violências e arbitrariedades aqui, impunemente. Espanca camponeses barbaramente, recebe subornos fazendo cobranças para latifundiários, toma bebidas em casas de mulheres e não paga e ainda ameaça e prende as mulheres que não dão confiança para ele, provoca brigas e espanca rapazes por causa das mulheres, é um verdadeiro celerado. É um indivíduo que devia estar preso, e não prendendo os outros.»

PERSEGUIDOS OS CAMPONESES DE MANTENA

O correspondente da VOZ em Mantena escreve-nos para denunciar os seguintes fatos: 1) o fazendeiro José Emílio resolveu pôr para fora de sua terra o camponês Arlindo por ter sabido que o mesmo ia participar da organização do Sindicato Rural. Para uma lavoura de 460 a 350 sacos de café quis dar de indenização 2 mil cruzeiros. O promotor público tentou intimidar ao camponês mas este contratou um advogado, que conseguiu evitar que fosse preso. Apesar de que o camponês Arlindo continua sendo perseguido pelo fazendeiro, isto não impedirá que os camponeses organizem seu

sindicato; 2) o sr. Manuel Ambrósio, filho de um latifundiário da região, expulsou de sua propriedade a uma velha, quase cega. A pobre mulher passou a viver ao relento, tomando chuva e passando fome. Afinal teve que ir embora para não ser molestada pela polícia. Essa desumanidade dos fazendeiros da região causou grande indignação entre os camponeses; 3) Outra violência que muito revolta aos camponeses é o fato de ter o fazendeiro Rafael proibido o plantio de milho entre a lavoura de café, o que ameaça com a fome a grande número de trabalhadores.

Mensagens, Cartas e Poemas Para Luiz Carlos Prestes

CONTINUAM chegando de dezenas de cidades do país mensagens, telegramas e cartas de saudações ao grande líder do povo brasileiro, Luiz Carlos Prestes, por motivo da passagem de seu 58º aniversário no dia 3 de Janeiro, assim como noticiário das comemorações realizadas então.

Em Castanhal, cidade da Estrada de Ferro Bragança-Belém (Pará), uma salva de foguetes, às 5 horas da manhã, anunciou o fato à população, enquanto o Programa do Partido era afixado nas paredes e inscrições saudavam a data festiva e o nome do grande brasileiro. Às 18 horas, nova salva de tiros subiu para o ar e pouco depois teve início uma sessão solene, que contou com a presença de 50 pessoas. Quatro oradores discorreram sobre Prestes, o Partido e seu Programa, num ambiente de entusiasmo. Um ancião propôs que se fizesse um abaixo-assinado no prefeito pedindo a criação de uma escola para as crianças da estrada de Anetama, o que foi aceito, sendo constituída uma comissão para dirigir essa reivindicação. Encerrada a sessão, foi servida uma mesa de doces e bebidas aos presentes.

UM ABRAÇO FRATERNAL A PRESTES

De Adamantina (S. Paulo), Anacleto Moraes envia "ao camarada Prestes, o chefe comprovado da luta pela emancipação do Brasil, o meu abraço fraternal. Prestes é a esperança de milhões de operários e camponeses sem terra, sem pão e sem liberdade, a esperança das mães que esperam um dia em que seus filhos tenham um pouco de alimentação e um futuro melhor e garantido sem guerra e sem opressão. Salve 3 de Janeiro! Anacleto Moraes".

Clodomiro Cezimbra Annes, de Cruz Alta (R. G. do Sul), saúda em Prestes "teu patriotismo, tão grande como a grandeza da pátria brasileira", cumprimentando-o pelo aniversário e desejando-lhe longos anos de vida.

O Comitê Distrital de Laguna (Santa Catarina) "saúda com grande entusiasmo o 58º aniversário do nosso querido líder, Luiz Carlos Prestes, chefe da luta de nosso povo pela sua emancipação e progresso". O operário Antônio Rocha de Henrique Lage (Santa Catarina), diz: "Saúdo o grande líder da classe operária brasileira, Luiz Carlos Prestes, pela passagem de seu 58º aniversário".

POEMAS PARA PRESTES

O aniversário de Prestes inspira também os artistas do povo, que enviam poemas e canções em homenagem ao Cavaleiro da Esperança. Além dos que já noticiamos em números anteriores, recebemos agora poemas de Luiz Duarte de Oliveira, maquinista da Leopoldina, de Itaperuna (Estado do Rio), e de Alão Justino Cornélio, de Araruama (Minas Gerais). Saudamos com alegria essas iniciativas e os poemas simples e cheios de beleza popular, que demonstram que o nome heróico de Prestes está gravado no coração dos brasileiros, inspirando-os para a luta e para a criação artística.

DEPOIS DE EXPLORAR O COLONO MANDOU-O

PEDIR ESMOLA

DO Correspondente da VOZ em Ibirá, recebemos:

«Na fazenda do sr. José Maluf, em Potirêndaba, quando os colonos e empregados procuram plantar algum mantimento na lavoura, o latifundiário investe contra eles e expulsa-os da fazenda. Ali, o colono José Machadinho estava com sua filha doente e não tinha dinheiro para tratá-la, pois vivia explorado pelo tatiura. Resolveu, então, falar com o sr. Maluf e pedir ajuda, mas o fazendeiro foi embrulhando-o e a filha acabou morrendo por falta de recurso. Na semana passada, esgotado de tanto trabalhar, o colono caiu doente, e foi de novo pedir um auxílio ao patrão, mas este negou-se e mandou José Machadinho ir esmolar. O pobre colono foi para outra fazenda onde trabalha seu irmão e está de cama, enquanto seu irmão teve de sair perambulando pela cidade, pedindo esmola para ajudar José Machadinho.»



ARBITRARIAMENTE PRESO O AGENTE DESTE JORNAL

INJUSTIFICAVEL violência policial acaba de ocorrer em Boa Vista, capital do Território de Rio Branco, onde foi preso o cidadão Francisco Pereira dos Santos, distribuidor deste jornal. A arbitrária medida da polícia — que utilizou como pretexto para a violência a discriminação contra VOZ OPERÁRIA — causou indignação entre os democratas de Boa Vista, que reclamam a libertação do sr. Francisco Pereira dos Santos, o respeito à liberdade de imprensa e aos direitos constitucionais dos cidadãos.

VOZ OPERÁRIA

Editor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

Av. Rio Branco, 257. 17º and., s/ 1712 Tel. 42-7344

MATRIZ:

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 29, 2º and. — Tel. 37-4985.

PORTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74, 7º and.

RECIFE — Rua Floriano Peixote nº 85 — 3º — sala 326.

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco nº 1.248, s/ 22.

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias — s/ 203 (Calçada).

JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558, 1º andar, sala, 3.

Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPÉRIA

ASSINATURAS:

Anual Cr\$ 60,00
Semestral Cr\$ 30,00
Trimestral Cr\$ 15,00
Num. avulso .. Cr\$ 1,00
Num. atrasado Cr\$ 1,50

Este semanário é reimpresso em SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA.

Nova Vitória dos Camponeses No Vale do Rio Doce (Minas)

(DO CORRESPONDENTE DA VOZ EM GOVERNADOR VALADARES)

A SITUAÇÃO DOS CAMPONESES EM VALPARAISO (S. PAULO)

(DO CORRESPONDENTE DA VOZ, C. ALEXANDRE)

O MUNICIPIO DE VALPARAISO, pelo qual passa o Noroeste, sofre as consequências de ser dominado por meia dúzia de latifundiários, assim como ocorre em outras regiões do país. São tão poucos os donos de tanta terra que seus nomes cabem nos dez dedos de nossas mãos. O primeiro é Jeremias Lunardelli, com várias fazendas dedicadas à plantação de café e à criação de gado. Outro é Cunha Bueno, dedicando-se principalmente à criação de gado. A Companhia Inglesa tem cerca de 3 mil alqueires (café). Outros fazendeiros que se dedicam ao plantio do café e que têm mais de 200 alqueires são: Francisco Carvalho, Gregório Pratt, Ernesto Benels, Augusto Breda e dr. Lelte.

A situação dos colonos

As grandes fazendas como as de Lunardelli, Cunha Bueno e dos ingleses, empregam de 80 a 100 famílias de colonos. Os outros têm de 60 a 80 famílias. Isto quer dizer que há mais de 600 famílias camponesas dedicadas ao trato do café. Esses colonos sofrem a mais brutal exploração. Os fazendeiros pagam Cr\$ 3.500,00 a... Cr\$ 3.800,00 por mil pés de café, com direito a muito pouca plantação. Isto significa que burlam a lei do salário-mínimo. Também não cumprem os outros direitos que a legislação trabalhista assegura aos assalariados agrícolas. Nas fazendas de Lunardelli, por exemplo, costumam alegar que só dão férias ao colono que permanecer dois anos na fazenda. Mas existem ali famílias italianas que trabalham 20-30 anos em suas propriedades e nunca tiveram esse direito. O mesmo se pode dizer em relação ao repouso semanal remunerado e ao aviso prévio, direitos todos que, além de assegurados em lei, vêm sendo mantidos pela Justiça do Trabalho em sucessivos julgamentos.

As outras camadas camponesas

Os pequenos e médios sitiantes são poucos. Os pequenos trabalham dentro de sua própria área, 5, 10 e 20 alqueires, com o seu próprio braço e passando apertado. O dinheiro é curto e possuem pouca criação. Os preços no comércio sobem dia a dia. Com os médios sitiantes dá-se quase o mesmo. A diferença entre o pequeno e médio sitante é que este último além de trabalhar a terra, tem camaradas e pessoas que trabalham sob suas ordens. Apesar de que a sua é melhor que a do pequeno sitante, sempre sofrem as consequências da concentração das terras e da riqueza nas mãos de uma meia dúzia de latifundiários. Os fazendeiros só arrendam terras cobrando de 30 a 40%, sem fornecimento, e quando fornecem arrancam o couro nos preços dos gêneros.

Tudo isto mostra que os colonos e camaradas, bem como os camponeses pobres de Valparaíso, precisam seguir a experiência dos seus irmãos de outras regiões, organizando seu Sindicato Rural. Este é o primeiro passo para conseguir que os latifundiários comecem a respeitar os direitos que a lei assegura aos assalariados agrícolas. E é também o caminho para a conquista de melhores condições de arrendamento, a fixação de preços compensadores ou a distribuição de sementes.



NA manhã de 7 de janeiro, na localidade distante 16 kms de Rio Corrente (no Vale do Rio Doce, Minas), as plantações de milho de feijão de diversos camponeses foram invadidas por um grupo de homens que, por ordem direta da Acesita, passaram a cortar o milho já «granado», milho bonito, produto do trabalho de dezenas de camponeses e de suas mulheres e filhos. O barulho da foice atraiu os homens e mulheres das proximidades que ficavam atônitos diante do inacreditável. Choviam perguntas de todos os lados: «que doideira é essa?» «porque estão cortando minha roça?». Os camponeses ali reunidos eram poucos frente ao bando de 18 foiceiros, chefiados pelo jagunço José Silveira. Mesmo assim, o crime era tão gritante que o jagunço entrou a dar explicações e muitos foiceiros negaram-se a prosseguir. Dizia José Silveira que vinha de parte do sr. Silva Lage, gerente da Serraria, preposto da Acesita em Pedra Corrida, que mandara acabar com as roças a pretexto de que elas atrapalhavam o serviço de carvão da empresa. O setor atacado foi o do subempreiteiro Diolindo Vigilato, que fazia roças «a terça» com os seguintes camponeses pobres, todos eles carvoeiros da Acesita: Vicente da Silva Gusmão, Nelito Miranda, Orides Lima Araújo, Efigênio Batista dos Anjos, José Mendes, Raymundo Mendes, Efigênio Mendes, Pedro Pereira e João Lopes. Todos esses carvoeiros estão a serviço da Acesita desde 1952.

A ação do Sindicato

A notícia do crime espalhou-se rapidamente. Tanto as vítimas como os que possivelmente teriam suas plantações roçadas procuraram logo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tem sede em Governador Valadares e que vem

desenvolvendo uma luta tenaz contra a voracidade das empresas de mineração no Vale do Rio Doce, tendo recentemente conquistado uma vitória contra a Belgo Mineira que pretendia expulsar vários posseiros no município de Tarumirim.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por seu presidente, o sr. Henedino Alves Machado, tratou imediatamente de documentar os desmandos da Acesita com várias fotografias e telegrafou aos jornais e a parlamentares. Simultaneamente tratou de ajudar aos camponeses a que se organizassem. A Acesita continua ameaçando. Mas os camponeses estão decididos a não permitir que suas roças sejam cortadas. Na localidade de Caramonho os camponeses já fizeram saber ao encarregado da Acesita que o milho só podera ser cortado à bala. Diante dessa decisão dos camponeses, o serviço foi paralisado, tendo a Acesita recuado temporariamente. Não obstante, os camponeses permanecem vigilantes.

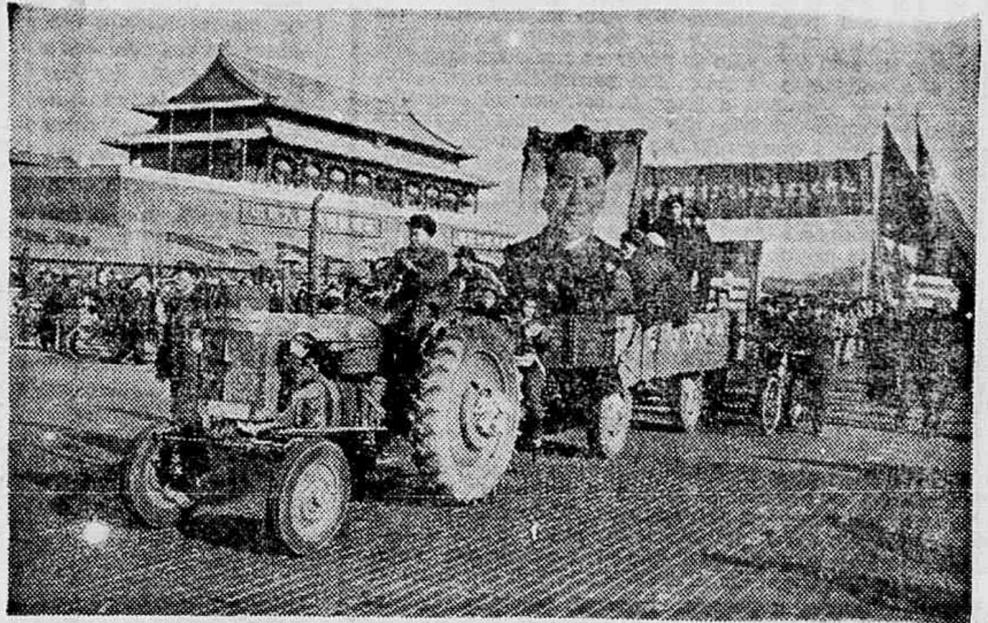


des massas camponesas no Nordeste começam a se movimentar em busca das cidades no ritmo comum às épocas do flagelo, sem que o governo tenha feito nada no sentido de preservar a situação.

ASSEMBLÉIA DO SINDICATO DE PACOTI

No dia 15 de janeiro o Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Pacoti (no Ceará) realizou uma importante assembléia. A ordem do dia incluía as seguintes questões: 1) Aplicação da lei que criou o salário-mínimo de Cr\$ 26,20 no interior do Estado, na Serra do Pacoti; 2) Extensão dos benefícios da lei 605, que assegura direito ao repouso semanal remunerado, à Serra.

A assembléia decidiu enviar um memorial ao ministro do Trabalho solicitando a aplicação das leis em questão naquela região. Além disto a assembléia aprovou um telegrama endereçado ao sr. Juscelino Kubitschek protestando contra a indicação do sr. Parsifal Barrosc para a pasta do Trabalho.



Importante Iniciativa da Comissão Paraense Pela Reforma Agrária

A COMISSÃO Paraense pela Reforma Agrária em reunião recente tomou a decisão de enviar dois de seus representantes à IV Conferência Rural Brasileira, a realizar-se em Fortaleza, entre os dias 19 e 25 de fevereiro. Os escolhidos foram o sr. Bruno de Menezes e o deputado federal Gabriel Hermes Filho. O objetivo dessa delegação é apresentar sugestões a respeito da reforma pela qual deve se realizar a reforma agrária, questão que o conclave rural de Fortaleza discutirá.

A propósito dessa decisão a Comissão Paraense pela Reforma Agrária distribuiu uma nota à imprensa. Nessa nota afirma que a reforma agrária significa a extinção

dos latifúndios, que serão divididos em áreas até o limite máximo que a lei estabelecer, de acordo com as características de cada região, distribuindo-as com os lavradores que as cultivam e com todos aqueles que as quiserem trabalhar». Defendem ainda a tese de que a reforma agrária deve prever a ajuda técnica (fornecimento de ferramentas, maquinarias, inseticidas, adubos e sementes); o

crédito fácil, barato e a longo prazo; transportes acessíveis e assegurados; garantia de preços compensadores para os produtos agrícolas e pecuários; estímulo ao cooperativismo e direito de organização em associações e sindicatos rurais. Finalmente, é ponto de vista da Comissão Paraense que a terra distribuída aos camponeses seja próxima aos centros de consumo e de comunicação; que

lhes seja entregue um título legal de posse definitiva da terra; e que a terra lhes seja entregue gratuitamente.

Tais são em linhas gerais os pontos de vista que a delegação da Comissão Paraense pela Reforma Agrária defenderá junto à IV Conferência Rural Brasileira. Assim, como se vê, de uma iniciativa das mais importantes, destinada a alcançar a maior repercussão.

SÊCA NO NORDESTE

O FLAGELO das secas começa novamente a atingir as populações nordestinas. No município pernambucano de Triunfo há nove meses o sertão de Pernambuco não tem gado para comer. A produção de feijão no município de Taracatã, que era em anos anteriores de 16 mil sacos, não chegou a 200 na presente safra. Muitos criadores decidiram abrir as porteiras de suas propriedades, deixando o gado morrer de fome pelas estradas. Segundo depoimento de um parlamentar pernambucano, «olhos d'água» que não estancaram nas tremendas secas de 1915, 1919, 1942 e 1952, agora já se acham inteiramente esgotados. Isto significa que gran-

NA CHINA, os camponeses festejam os êxitos alcançados na organização de cooperativas agrícolas. Na base da união voluntária dessa forma de economia socialista no campo, os camponeses chineses passam a dispor das vantagens da utilização das mais modernas máquinas agrícolas, como as que se vêem no clichê.

Campanha Nacional Pela Revisão do Salário-Mínimo

**MOVIMENTO
operário**

TENTATIVA DE ESBULHO DOS FUMAGEIROS BAIANOS

CENTENAS de operários da indústria fumageira de São Felix e Muritiba (Estado da Bahia) lançados ao desemprego com o fechamento das fábricas, estão, agora, ameaçados da completa espoliação dos seus direitos. As fábricas Costa Pena, daquelas cidades baianas, foram fechadas no dia 6 de agosto de 1955, em consequência da crise na indústria fumageira — crise resultante da retração do mercado externo, do preço excessivo e das dificuldades para importação de maquinaria e dos elevados

Os trabalhadores brasileiros marcham para uma nova campanha, pela revisão do salário-mínimo. Os atuais níveis do salário-mínimo, decretados a 1º de maio de 1954, de há muito já não podem fazer face ao custo da vida. Segundo as estatísticas oficiais, a elevação do custo dos gêneros alimentícios, no Distrito Federal, desde a vigência do atual salário-mínimo até 1º de dezembro passado, alcança 44%, atingindo 40% o custo de vida no conjunto. Isso quer dizer que o poder de compra dos trabalhadores estava reduzido, naquela data, a qua e metade. As massas trabalhadoras enfrentam dificuldades cada vez maiores, e vêem, no momento dos salários, uma saída inadiável para tais dificuldades.

A campanha pela revisão do salário-mínimo está encontrando, pois, a mais franca acolhida não somente entre os operários, mas entre os dirigentes sindicais, entre parlamentares, no seio da imprensa, etc. No Rio, a Comissão Nacional de Estudos e Defesa das Leis Sociais iniciou o debate da questão. Nos diversos Estados já se iniciou o debate. Líderes sindicais de todo o país, que vieram à capital da República assistir a posse do presidente e vice-presidente da República, declararam que, em seus Estados, a campanha será imediatamente iniciada. Os trabalhadores estão reclamando a reunião das comissões de salário-mínimo, a fim de iniciarem imediatamente a elaboração dos estudos necessários.

Em sua entrevista coletiva, à véspera da posse, o sr. Juscelino Kubitschek manifestou-se favoravelmente à revisão do salário-mínimo. No mesmo sentido havia-se manifestado, dias antes, o sr. João Goulart. Os trabalhadores sabem que a vitória dessa importante reivindicação depende — como em 1954 — de sua unidade, de sua luta.



EXPERIÊNCIAS DO PLEITO NO SINDICATO DOS TÊXTEIS DO RIO

As últimas eleições para a diretoria do Sindicato dos Têxteis do Distrito Federal, das quais saiu vitoriosa, por expressiva margem de votos, a Chapa Unidade, foram ricas de experiências que, pela sua importância, devem tornar-se conhecidas de todos os trabalhadores. Trata-se de um dos mais importantes sindicatos do país e o pleito ali travado comprovou, plenamente, a justiça da política de unidade, como a que responde aos anseios da massa trabalhadora.

Não tendo alcançado êxito os esforços iniciais pela constituição de uma chapa única, congregando todos os pontos de vista em um programa e em candidaturas comuns, um grupo de prestigiosos operários tomou a iniciativa de entregar aos próprios trabalhadores a formação de uma chapa que respondesse aos seus interesses e ao seu desejo de unidade. Foi convocada uma Convenção dos Têxteis, na qual se discutiram as reivindicações da corporação e se escolheu uma comissão de candidaturas, incumbida de coordenar uma chapa. Algum tempo depois nova Convenção foi convocada. Os participantes — e a reunião foi aberta a todos os trabalhadores da tecelagem — tinham direito a voz e voto. Nesta Convenção foram aprovados a chapa e seu programa, no qual estavam inscritas as principais reivindicações dos trabalhadores. A Chapa Unidade, saída da Convenção, já contava, desde o início, com o apoio da massa, pois fora por ela indicada.

A propaganda eleitoral foi intensa. Ao contrário do que, não raro, acontece, não só os candidatos participavam da campanha. Grupos de propagandistas e cabos eleitorais trabalharam intensamente. A campanha foi deslocada para as portas e os recintos das próprias empresas, onde os candidatos e seus propagandistas mantinham permanente contato com a massa. Embora não seja justo que se ponham de lado as pequenas empresas, revelou-se positiva a concentração da campanha nas grandes fábricas. Estas deram a vitória à Chapa Unidade. «O Rôlo», jornal dos têxteis, desempenhou um papel destacado na campanha eleitoral, contribuindo em considerável medida para a vitória da Chapa Unidade. A luta pela unidade esteve no centro da campanha eleitoral — os operários mostraram-se sensíveis à idéia da unidade, fazendo-a vitoriosa. Eleita a nova diretoria do Sindicato, todos se unem em torno de sua entidade, para a luta comum pelas reivindicações dos trabalhadores.

Impostos. O fechamento das empresas desempregou setecentos trabalhadores, que passaram a viver numa situação de enormes dificuldades, mal conseguindo com que matar a fome, alguns, mesmo, sendo obrigados a emigrar para o sul do Estado, em busca de um ganho qualquer. Nenhuma providência concreta foi tomada pelo governo para, ao menos, remediar a situação.

Ameaça de esbulho

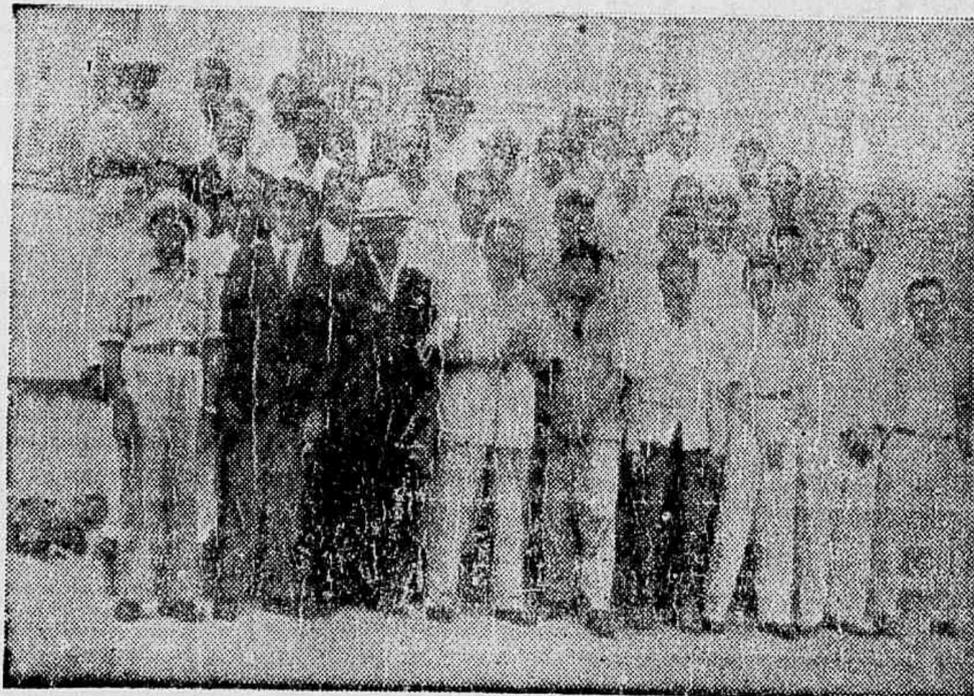
Após o fechamento das fábricas, começaram a circular notícias de reabertura das mesmas. Os industriais confirmando essas notícias, logo fizeram uma proposta aos operários para que renunciassem ao recebimento dos salários em atraso. Aproveitando-se do contentamento causado aos trabalhadores, que viam na reabertura das empresas a possibilidade de sair do desemprego, quiseram ver-se livre da obrigação de pagar os atrasados, acenando com a readmissão de todos. Em assembléia no sindicato, no mês de setembro, a proposta patronal foi recusada. Sim, porque os operários não têm culpa pelas dificuldades dos industriais, que resultaram da política do governo em relação à indústria nacional, política que conduz à liquidação da indústria nacional pela retração dos mercados, a escorcha dos impostos, as dificuldades à importação de máquinas e peças etc. Os trabalhadores apoiam as reivindicações da indústria nacional e querem o seu progresso. Mas não concordam, jamais, em que essas reivindicações e esse progresso sirvam de pretexto para sua exploração ainda maior. Os trabalhadores não renunciam nem podem renunciar às suas próprias reivindicações, à luta pelos seus próprios direitos. Os patrões, porém, não desistiram de seus intentos.

Traídos os operários

Os fumageiros de Muritiba, firmemente apoiados pelo sindicato, mantiveram-se unidos e recusaram unanimemente não somente a proposta patronal de desistência dos salários como a de desistência das férias de 1954 e 1955. O presidente do sindicato de São Felix e Cachoeira, porém, traiu os operários. Em assembléia realizada em dezembro último, aceitou a proposta patronal, tentando iludir os operários com a promessa de reabertura das fábricas. Como os associados do sindicato reagissem, ele abandonou a assembléia. No dia 29 de dezembro realizou-se, no recinto da fábrica Costa Pena de São Felix, uma grande reunião da qual participaram representantes da empresa. Nessa reunião, por meio de ameaças e promessas, os patrões e seu agente conseguiram a adesão de alguns trabalhadores ao seu plano, fazendo-os assinar um documento pelo qual renunciavam a seus direitos. Um operário que tentou denunciar a burla foi ameaçado de expulsão do recinto e impedido de falar. Mesmo assim muitos trabalhadores estão dispostos a resistir ao esbulho que os patrões tentam impor-lhes. O êxito de sua luta depende da unidade de suas fileiras, da firmeza com que lutem.

(Correspondência de A. L. SILVA)

OS MARCENEIROS e carpinteiros do Ceará obtiveram expressiva vitória, com a posse da diretoria legitimamente eleita do seu Sindicato, autorizada pelo Ministério do Trabalho no último dia 20. Os operários vinham lutando pela posse da diretoria, que recolocará o Sindicato em seu verdadeiro papel de órgão dos trabalhadores. Na foto abaixo, trabalhadores à porta da sede da entidade, que tinha sido fechada arbitrariamente, por ordem da Delegacia Regional do Trabalho, para impedir que os operários realizassem assembléias sobre suas reivindicações.



OS DIRIGENTES dos principais sindicatos de Fortaleza realizam, atualmente, reuniões conjuntas para a discussão dos problemas e reivindicações comuns aos trabalhadores das diversas categorias profissionais do Ceará. A iniciativa foi bem recebida pelos operários, que a consideram de importância para o fortalecimento da unidade sindical no Estado.

COM A EMANCIPAÇÃO (negociata) pela Prefeitura de Salvador dos bondes da empresa tanque Bond and Share, os inimigos dos operários da empresa querem dissolver o Sindicato dos Tanviários. Os trabalhadores estão empenhados em manter o seu Sindicato, de brilhantes tradições de luta.

OS ALFAIATES do Distrito Federal estão empenhados em conquistar um aumento de salários. As discussões estão se processando na base de uma proposta do Tribunal Regional do Trabalho, de 20% de aumento e 18% para os diaristas externos. A proposta patronal de 12% foi rejeitada pelos trabalhadores.

MAIS DE dois mil trabalhadores da Light assinaram um memorial, entregue às direções do PTB e P.S.D., no qual apresentaram suas reivindicações ao novo governo: defesa da Constituição e das liberdades sindicais, medidas práticas contra a carestia, melhoria da previdência social (contra a fusão das Cajas e por aposentadoria aos 30 e 35 anos de serviço), pagamento da taxa de insalubridade aos que têm direito a recebê-la e reforma da lei de acidentes, incluindo-se na mesma o pagamento integral do seguro. O memorial foi assinado, também, pelos diretores dos sindicatos e demais organizações dos operários da Light.

A Bandeira da Unidade Pela Qual Lutamos

RESUME A PLATAFORMA DE 4 PONTOS AS ASPIRAÇÕES DEMOCRÁTICAS E PROGRESSISTAS MAIS ESSENCIAIS DE NOSSO POVO, NO MOMENTO

A «Polha Capixaba» (Vitória, E. Santo) de 7 de janeiro, publica um artigo intitulado «O P.T.B. vacila» no qual faz uma crítica aos trabalhistas daquele Estado. Esse pronunciamento entretanto não foi feliz desde que o centro das vacilações do P.T.B., criticadas pelo articulista, é a sua renúncia a certos cargos políticos. O objetivo do combate a essa posição é assegurar ao P.T.B. a posição de partido majoritário no Estado, isto é, que aquele partido assuma a liderança nas eleições vindouras. Efetivamente, tal modo de colocar o problema nada tem a ver com a política de frente única preconizada pelos comunistas.

ORIENTANDO-SE por seu documento básico, os comunistas lutam pela unidade da maioria do povo brasileiro em ampla frente democrática de libertação nacional, capaz de realizar as transformações radicais exigidas para que o país marche no caminho do progresso e do bem-estar das amplas massas. A base firme dessa ampla frente democrática é a aliança operário-camponesa. Por isto mesmo os comunistas pautam toda a sua atividade visando forjar a unidade das massas no próprio processo da luta cotidiana. Nesse quadro, assume particular importância a aliança entre trabalhistas e comunistas desde que são estas as mais ponderáveis correntes no seio do movimento operário. Ao lutar por essa aliança, os comunistas têm em vista reforçar a unidade da classe operária. As massas trabalhistas compreendem a importância dessa aliança desde que unidos, em qualquer setor da classe operária, os comunistas e trabalhistas alcançam sempre vitórias. Exemplo frisante disto é a eleição do prefeito de Paulista, o maior centro operário do Nordeste, ocorrida recentemente.

ALGUNS setores das diversas direções do P.T.B. resistem ainda à unidade com os comunistas e procuram erguer a esfarrapada bandeira do anticomunismo. Daí a necessidade do combate a todas as manifestações dos dirigentes trabalhistas que tendem a violar essa unidade. Mas a condição para a manutenção e o fortalecimento da aliança entre trabalhistas e comunistas é a existência de um programa concreto de luta que inclua as questões mais candentes. Está fora de dúvida que a base dessa unidade não pode ser a conquista de vitórias eleitorais e cargos na administração para o P.T.B.

NESTE momento, sobretudo, os comunistas têm em vista o fortalecimento da ampla coalizão democrática que tantas e tão amplas vitórias vem conquistando nos últimos meses. E fortalecê-la hoje significa transformá-la numa coalizão contra os elementos mais reacionários, aqueles que de dentro e de fora da coalizão democrática buscam frear o desenvolvimento do movimento de massas e impedir que este resulte em transformações de ordem interna e externa. Entre os reacionários a combater incluem-se, é claro, certos dirigentes dos vários partidos integrantes da coalizão democrática, entre os quais, naturalmente, alguns dirigentes do P.T.B. Mas essa luta é travada com base na plataforma de 4 pontos, que está sendo amplamente divulgada. Esta plataforma sintetiza as aspirações mais essenciais da maioria do povo brasileiro.

EM nossa atuação prática não somos contra a que as pessoas mais credenciadas pelo seu passado de democratas assumam cargos na administração pública. Muito ao contrário. Marchamos junto a todas as correntes democráticas e progressistas quando exigem que a frente dos postos de administração sejam colocadas figuras capazes de defender os interesses nacionais e populares. Isto entretanto não significa que possamos realizar a luta pelo fortalecimento da aliança entre trabalhistas e comunistas com uma bandeira pálida e desfigurada como essa dos cargos administrativos e da maioria nas urnas para o P.T.B., como advoga o articulista da «Folha Capixaba». Essa luta nós a travamos em nome dos mais sagrados interesses de nosso povo, tendo em vista alcançar um nível sempre mais alto na unidade das massas até desembocar na ampla frente democrática, capaz de realizar as transformações radicais que farão do Brasil um país próspero e feliz.

20 FATOS HISTÓRICOS NA VIDA DO PROLETARIADO

O Partido Comunista da União Soviética, cujo XX Congresso realiza-se no corrente mês de fevereiro, em Moscou, percorreu um longo e glorioso caminho a partir dos primeiros círculos e grupos marxistas que apareceram na Rússia na década de 80 do século passado, até ao grande Partido Comunista que dirige o primeiro Estado socialista de operários e camponeses.

Como nasceu o Partido Comunista na Rússia? Quais as principais etapas de seu desenvolvimento? Como dirigiu a preparação da Grande Revolução Socialista de Outubro e a edificação da sociedade socialista na URSS? Tais são algumas dentre as muitas perguntas relativas ao PCUS que têm chegado à nossa redação.

A melhor resposta a essas questões consiste em reviver os momentos essenciais da vida do Partido, mais precisamente os seus congressos. Por isto mesmo, a partir da presente edição, publicaremos, nesta seção, um breve resumo dos diversos congressos do Partido Comunista da União Soviética.

I CONGRESSO 1898

O primeiro embrião de partido revolucionário apoiado no movimento operário foi a «União de Luta Pela Emancipação da Classe Operária» criada por V. I. Lênin, em 1895, em Petersburgo (atual Leningrado), então capital do império da Rússia. Esta União reuniu quase 20 círculos operários marxistas. Pela primeira vez na Rússia, a «União de Luta» começou a realizar a fusão do socialismo com o movimento operário.

A «União de Luta» de Petersburgo deu um poderoso impulso a um número de círculos operários em uniões análogas nos outros centros industriais da Rússia. Na Transcaucásia nasceram organizações marxistas nos meados do decênio de 90. Em 1890 se constituiu a «União operária» de Moscou. Em fins do decênio de 90, organiza-se uma «União social-democrata» na Sibéria. Nesse mesmo decênio criaram-se grupos marxistas nas cidades de Ivánovo, Iaroslavl, Kostromá e se reúnem em uma «União do Norte do Partido Social-Democrata». Na segunda metade desse decênio aparecem grupos e uniões social-democratas igualmente em Rostov, Iekaterinoslav (atualmente Dnepropetrovsk), Kiev, Nikolaev, Tula, Samara (atualmente Kuibischev), Kazan e em outras cidades.

Assim se desenvolvia e se fortalecia a base sobre a qual se devia criar o Partido Operário Marxista na Rússia.

O 1º congresso das organizações marxistas russas se realizou em março de 1898, em Minsk (atualmente capital da República Soviética da Bielorrússia). Reuniu-se clandestinamente, com 9 delegados apenas, representantes de várias «União de Luta». Lênin, que naquela época se encontrava deportado na Sibéria, não pôde assistir ao congresso.

O congresso proclamou a criação do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (P.O.S.D.R.). E neste ato formal, que desempenhou um grande papel do ponto de vista da propaganda revolucionária, que reside a importância do 1º congresso do Partido. Mas, pelo fato do congresso não ter podido agrupar as diferentes organizações marxistas e de uniões por laços de organização, não houve realmente criação de um partido social-democrata marxista da Rússia. O Comitê Central eleito no 1º Congresso pouco depois foi preso pela polícia tsarista.

Conferência Nacional de Trabalhadoras

Solidariedade Aos Dirigentes Sindicais Encarcerados Pela Ditadura Argentina

A DITADURA implantada na Argentina, após o golpe militar dirigido pelo imperialismo norte-americano que derrubou o ditador Perón, volta-se violentamente contra os trabalhadores e as liberdades sindicais. No dia 30 de dezembro de 1955, foi anunciada a prisão de 125 pessoas, homens e mulheres que, sob a qualificação de «perturbadores», serão internados no sul do país. Entre os detidos, encontram-se cidadãos escravos de origem, que há anos residem na Argentina e não exerciam nenhuma atividade política e numerosos dirigentes sindicais.

Destaca-se, entre os líderes operários confinados, o secretário do «Movimento Pró Democratização e Independência dos Sindicatos», Rubens Iscaro, que também é vice-presidente da Confederação dos Trabalhadores da América Latina e membro do Conselho Geral da Federação Sindical Mundial. Rubens Iscaro é um dos dirigentes sindicais mais conhecidos e estimados pelos trabalhadores da Argentina e da América Latina, sendo líder dos operários da construção há mais de 20 anos. Foi preso e torturado nos governos das oligarquias e obrigado a viver na clandestinidade no governo de Perón, ferozmente perseguido pela famigerada «Seção Especial» (a mesma que o deteve agora).

Iscaro e os militantes do «Movimento Pró Democratização e Independência dos Sindicatos» são perseguidos e presos — como informam jornais argentinos — porque lutam por uma C.G.T. independente e democrática, livre dos patrões e do Estado; pela liberdade sindical, pela cessação das intervenções nos sindicatos; por aumento de salários de emergência; pelo direito de greve e de reunião; pela participação da classe operária nos problemas do país para que sejam atendidas suas reivindicações de democracia, independência nacional, reforma agrária e paz. Em manifesto divulgado, a Comissão Central do «Movimento» conclama os trabalhadores a lutar unidos pela liberdade de Iscaro e seus companheiros, acentuando que eles são perseguidos agora, como o foram no governo de Perón, por serem consequentes defensores dos direitos da classe operária. Atualmente, desenvolve-se grande campanha na Argentina visando arrancar Rubens Iscaro do cárcere. Contribuição importante para o êxito dessa campanha será a solidariedade das entidades sindicais e dos trabalhadores brasileiros, que não faltará nesse momento.

EM solenidade à qual estiveram presentes líderes femininas e sindicais, além de numerosa assistência, instalou-se, na Capital da República, no último dia 27, a Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Trabalhadoras.

A Conferência, cuja realização está prevista para o mês de maio, será preparatória da Conferência Mundial de Trabalhadoras, a realizar-se em Viena, no mês de junho.

Participam da Comissão Organizadora Nacional líderes sindicais, dirigentes das organizações femininas e destacadas personalidades políticas e sociais. A Comissão levará a cabo um ativo trabalho, tendo em vista assegurar o pleno êxito da Conferência Nacional de Trabalhadoras, que será precedida de conferências nos diversos Estados.

CONFERÊNCIA PAULISTA DE DEFESA DAS LEIS SOCIAIS

Os trabalhadores paulistas intensificam os preparativos para a realização da Conferência Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais, que deverá reunir-se em São Paulo, nos primeiros dias de março. No último dia 20 reuniram-se, na capital paulista, dirigentes sindicais de todo o Estado, aprovando medidas tendentes a desenvolver os trabalhos preparatórios do conclave.

▲ reunião dos dirigentes

sindicais aprovou uma recomendação no sentido de que as conferências municipais e de setores sejam realizadas na primeira quinzena de fevereiro. O temário destas conferências abordará, entre outras, as seguintes questões: 1) — previdência social; 2) — salário-mínimo e profissional, assiduidade, multas, etc.; 3) — higiene e segurança nos locais de trabalho; 4) — imposto e fundo social sindical; 5) — direitos dos trabalhadores em face da Constituição e da Consolidação das Leis do Trabalho.

Propriedade na U.R.S.S.

INICIANDO a publicação desta seção, VOZ OPERÁRIA atende às sugestões dos leitores e responde a várias perguntas, relativas à propriedade na URSS, que têm sido enviadas à nossa redação.

1 — AS FORMAS DE PROPRIEDADE EXISTENTES NA URSS

Na U.R.S.S. predomina a propriedade socialista dos instrumentos e meios de produção. Tal é o fundamento da economia socialista. A propriedade socialista assume duas formas: I) a propriedade estatal (pertencente a todo o povo); II) a propriedade cooperativo-coloseana (pertencente a grupos sociais, isto é, aos camponeses coloseanos, às cooperativas de consumo e às diversas organizações cooperativas de artesãos). Sendo diferentes formas de propriedade, ambas são entretanto socialistas, isto é, excluem absolutamente a exploração do homem pelo homem. Esta é a forma fundamental da propriedade na U.R.S.S. e é isto precisamente que permite a elevação constante do bem-estar material e do padrão cultural, tanto de todo o povo tomado em seu conjunto como de cada pessoa tomada isoladamente.

Ao lado do sistema socialista de economia, que é a forma predominante da economia na U.R.S.S., a lei permite a existência da pequena propriedade privada (camponesa e artesã). Esta entretanto deve se basear no trabalho pessoal de seu proprietário. Com isto é vedada a qualquer pessoa a possibilidade de explorar o trabalho alheio.

Finalmente, na U.R.S.S. existe uma terceira forma de propriedade. Trata-se da propriedade pessoal dos cidadãos soviéticos. Nesta forma de propriedade está compreendido tudo aquilo que é usado para a satisfação das necessidades pessoais dos cidadãos soviéticos.

O direito à propriedade na sociedade socialista soviética é assegurado pela Constituição da U.R.S.S. e protegido pela lei.

A seguir examinaremos com maiores detalhes cada uma dessas formas de propriedade existentes na U.R.S.S.



A posse compareceram delegações de São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Santos, Santo André, São Caetano, Ribeirão Preto, Niterói, Volta Redonda e outras cidades. Na foto, a delegação de Ribeirão Preto levanta a reivindicação de anistia para os presos e perseguidos políticos

NA POSSE DO NOVO GOVERNO EXPRESSAS AS REIVINDICAÇÕES DEMOCRÁTICAS DE NOSSO POVO

Grande massa popular concentrou-se em frente às escadarias da Câmara de Deputados, na tarde do dia 31 de janeiro, a fim de assistir às solenidades da posse dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart nos cargos de presidente e vice-presidente da República, e para apresentar-lhes suas reivindicações, clamar por solução para seus problemas mais imediatos, exigir respeito às liberdades democráticas e lembrar aos novos governantes suas promessas feitas durante a campanha eleitoral. Além de dezenas de milhares de cariocas, estiveram presentes também inúmeras delegações de cidades do interior, que exibiam faixas com inscrições. Grande entusiasmo e vibração dominava o ambiente e frequentemente o povo prorrompia em aplausos e vivas às liberdades e à democracia. O povo compreendia que aquela festa era sua, que era o coroamento de uma importante etapa em sua luta pelas liberdades democráticas e contra os que tentaram rasgar a Constituição e impedir o livre pronunciamento popular nas urnas. Ao levantar suas faixas e cartazes diante dos novos governantes, o povo demonstrava também compreender que sua luta não estava encerrada e que a conquista de suas reivindicações depende de seus próprios esforços.



Dezenas de milhares de cariocas, juntamente com delegados de outros Estados, compareceram ao Palácio Tiradentes para festejar a posse. Na foto, populares cumprimentam os srs. Kubitschek e Goulart, depois de romperem o cordão de isolamento

DISCURSO DE JUSCELINO AO POVO, NO CATETE

DA sacada do Palácio do Catete, no dia da sua posse na Presidência da República, o sr. Juscelino Kubitschek pronunciou um discurso em que disse:

"Na minha campanha política, convidei todo o povo do Brasil para assistir a minha posse. Hoje, aqui estou rodeado pelo povo. Eu queria apertar a mão de cada brasileiro que aqui está, diante de mim. Exigia, porém, isso, sacrifício muito longo do povo que está diante do Palácio. Assim, quero afirmar apenas que em minha excursão pela Europa, ao visitar na Itália o lugar onde estão sepultados os heróis da F.E.B. que sacrificaram suas vidas para que houvesse paz e liberdade no mundo, eu jurei sobre aquelas campas solitárias que na Presidência da República do Brasil trabalharei pelo bem-estar do povo brasileiro, respeitarei as leis e a Constituição do meu país e poria minha vida a serviço da liberdade e da democracia em minha pátria. Esse juramento que fiz numa tarde de inverno sob os céus da Toscana, repito neste instante, afirmando ao Brasil que começo agora a chefiar esta Nação com o pensamento de lutar e trabalhar para que dentro de cinco anos, consolidadas a sua ordem jurídica e a sua paz interna, possa ela ter no cenário internacional a projeção e o renome que exigem a bravura de seus filhos."

A essa altura do seu discurso, um trabalhador apartou o sr. Juscelino Kubitschek afirmando que para cumprir um programa de democracia e progresso para o Brasil o presidente da República contaria com o apoio da classe operária e do povo brasileiro. O sr. Kubitschek respondeu dizendo que estava disposto a não poupar esforços nessa luta e unido ao povo e dando apoio às aspirações populares, tudo faria para a grandeza, o bem-estar e a felicidade da Nação.

Desse modo, no dia da sua posse, ratificou em discurso o presidente da República os compromissos assumidos com o povo na campanha eleitoral. Esses compromissos dispõem-se as massas populares, em seu benefício e para a liberdade e a independência do Brasil, a cobrar ao chefe do governo que elegeram.

foram recebidos por aplausos dos populares. Dezenas de faixas e cartazes agitaram-se no ar, gritos e vivas à liberdade, à independência nacional, aos direitos dos trabalhadores fizeram-se ouvir. Em seguida, a grande massa popular iniciou uma passeata até o Catete, com suas reivindicações expressas nas faixas desfaldadas ao vento. Entre estas, destacavam-se as que se referiam à defesa das liberdades democráticas e à revogação do estado de sítio, conduzidas por metalúrgicos de Volta Redonda, acadêmicos de direito, clubes J-J e delegações de cidades do interior. Delegações de funcionários públicos carregavam cartazes exigindo imediata aprovação do Plano de Reclassificação com aumento e inúmeras delegações de trabalhadores e de bairros exigiam autonomia para o Distrito Federal.

Novamente a polícia política procurou perturbar a manifestação popular, cometendo violências, rasgando faixas e cartazes, agredindo e prendendo cerca de vinte populares. A intervenção arbitrária dos celerados do DOPS provocou indignação entre o povo, que pacificamente apresentava suas reivindicações ao novo presidente.

Chegando ao Catete, foram abertos os portões e o povo entrou para os jardins do palácio, tendo o sr. Juscelino pronunciado um discurso.

Delegações do Interior

A posse dos eleitos compareceram também delegações procedentes de vários Estados e cidades do interior, como Santos, Ribeirão Preto, Santo André, São Paulo, São Caetano, Diamantina, Belo Horizonte, Volta Redonda, Caxias, Niterói, etc. Através das inscrições nas faixas, essas delegações apresentavam suas reivindicações: "Dirigen-

tes sindicais e trabalhadores de Santos saudam o presidente e vice-presidente da República, pelas liberdades democráticas"; "Metalúrgicos de Volta Redonda saudam J-J pelas liberdades sindicais e democráticas"; "O M.N.P.T. de Ribeirão Preto saudam Juscelino e Jango"; "Ribeirão Preto pede anistia".

O Ministério

Logo após sua chegada ao Catete, o presidente Kubitschek assinou decretos nomeando os seguintes ministros de Estado: Guerra — general Teixeira Lott; Marinha — almirante Alves Câmara; Aeronáutica — brigadeiro Alves Sêco; Justiça — sr. Nereu Ramos; Exterior — sr. José Carlos de Macedo Soares; Fazenda — sr. José Maria Alkimin; Viação — comandante Lúcio Meira; Agricultura — sr. Ernesto Dorneles; Educação — sr. Clóvis Salgado; Trabalho — Parsifal Barroso; Saúde — professor Maurício de Medeiros. O general Nelson de Melo e o sr. Alvaro Lins foram nomeados, respectivamente, para a chefia dos gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, e o general Augusto Magessi para o cargo de chefe de Polícia do D.F.S.P.

O sentido da concentração popular em frente à Câmara estava expresso nas faixas e cartazes levados pelo povo, apresentando aos novos governantes suas reivindicações. Predominavam, como se pode ver na foto, os dizeres alusivos à exigência de liberdades democráticas, suspensão do estado de sítio, autonomia para o Distrito Federal, aprovação do Plano de Reclassificação e outras reivindicações populares.



QUESTÃO VITAL PARA O BRASIL

Importantes declarações foram feitas pelo presidente Juscelino Kubitschek, na entrevista coletiva que concedeu à imprensa no dia 30, particularmente no que se refere ao tratamento de relações com os países socialistas.

Declarando-se inteiramente favorável ao restabelecimento de relações com todos os países, o sr. Kubitschek disse:

— O restabelecimento de relações é questão vital para o Brasil. Devemos comerciar com todos os países. Esta é questão já perfeitamente integrada no consenso universal. O equilíbrio financeiro do país reside fundamentalmente na exportação e na importação. E nós precisamos exportar.

A propósito das providências que pretende tomar nesse sentido, falou o entrevistado:

— O assunto será convenientemente estudado, com atenção e responsabilidade. É pacífico. Devemos comerciar com todos os países do mundo.

Depois de um jornalista formular uma pergunta sobre a anistia para os presos e perseguidos políticos, o sr. Herbert Moses, presidente da A.B.I., diz ao presidente Juscelino:

— A casa do jornalista manifestou-se com efeito pela anistia. E empreende uma campanha nesse momento para anistiar os jornalistas condenados pela lei de segurança, particularmente pela anistia ao grande jornalista Pedro Motta Lima Nesse sentido há um projeto na Câmara. É justa a anistia.

O sr. Juscelino Kubitschek responde, então:

— Faço minhas as palavras do presidente da A.B.I. Sou solidário com tais palavras.

O entrevistado refere-se ao salário-mínimo com essas palavras:

— Trabalharemos com rapidez e brevidade para que o trabalhador brasileiro tenha um salário-mínimo justo e decente. Não é razoável permanecer as atuais diferenças de salários. Podem ficar certos os trabalhadores que tudo faremos no sentido de uma justa política de salários. Isso faremos, sem dúvida.

Respondendo a uma pergunta sobre as liberdades democráticas, o sr. Kubitschek disse que as franquias constitucionais serão integralmente respeitadas e que pretende fazer com que a próxima campanha política decorra num clima de absoluto e integral respeito às normas constitucionais.